



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

CHRISTIANE CARVALHO DE ALENCAR

“MULHER DA VIDA, MINHA IRMÃ”
ANÁLISE CRÍTICA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO
FEMININO

Brasília
Outubro de 2006

CHRISTIANE CARVALHO DE ALENCAR

**“MULHER DA VIDA, MINHA IRMÃ”
ANÁLISE CRÍTICA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO
FEMININO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como requisito parcial para a obtenção do
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientador (a): Prof^a Mestre Maria
Aparecida Silva de Abreu.

**Brasília
Outubro de 2006**

Às mulheres da minha vida: minha mãe, Maria de Jesus, grande incentivadora e colaboradora, desde a mais tenra idade; às minhas irmãs, Ana Karenina e Aline, companheiras de jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu desenvolvesse este trabalho.

RESUMO

TEXTOS POLÍTICOS DE HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE ARGUMENTAÇÃO

Este trabalho tem, sob o foco da Análise Crítica do Discurso, o **objetivo geral** de investigar o modo como falam duas senadoras de partidos diferentes sobre as mulheres nas sessões de homenagem realizadas no Senado Federal e no Congresso Nacional por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Os **objetivos específicos** são: mostrar a ideologia subjacente aos textos e apontar, por meio das marcas lingüísticas, quando porventura os discursos retomam outros de aproximadamente trinta anos atrás. Há ainda, além de uma pequena amostragem do universo de discursos proferidos pelas senadoras e de situá-los conjunturalmente, uma análise sobre como foi construída a argumentação. Com um cotejamento entre os textos e um paralelo mostram-se os pontos em comum e os divergentes. Esta investigação tem por base os estudos de Butler (2003), Thompson (1995), Althusser (2001), Orlandi (2003), Brandão (1998), Fairclough (2001) e Koch (2004a e 2004b). Para delimitar o *corpus*, houve um recorte de duas legislaturas, abrangendo um período de cinco anos da história do Senado Federal (de 1998 a 2003). São dois textos: um pronunciado pela senadora Benedita da Silva, PT – RJ, da 50^a Legislatura, no dia 10 de março de 1998, no plenário do Senado Federal, em sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher; e outro pronunciado pela Senadora Íris de Araújo, PMDB - GO, no dia 12 de março de 2003, no plenário da Câmara dos Deputados, em sessão solene conjunta de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A seleção feita contempla a representatividade dos textos em relação aos mecanismos ideológicos que se deseja evidenciar. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com documentação indireta e tem em vista os parâmetros de objetividade, clareza e concisão, ainda que isso nem sempre seja possível, tratando-se de estudo metalingüístico. O trabalho se desenvolve, basicamente, seguindo os passos: leitura dos textos teóricos, reflexão sobre eles e escritura do capítulo de fundamentação teórica; busca, coleta e análise dos dois textos *corpus*; identificação de mecanismos ideológicos e análise das marcas lingüísticas que pareceram pertinentes.

Palavras-chave: 1. Dia Internacional da Mulher; 2. Discurso político feminino; 3. Ideologia.

ABSTRACT

The present study has the objective of investigating the discourse of Brazilian congresswomen in regards to women. Using techniques of critical discourse analysis, we have looked at speeches of senators during special sessions both in the National Congress and Federal Senate, for occasion of the international Women's Day. We analyzed speeches pronounced by two senators of different political parties. Our main objectives are: identify the ideologies underpinning the discourses; point out, through the uncovering of linguistic signals, occasions, if existing, in which these discourses bring forth positions that can be traced back at least thirty years. Besides providing a sample of the universe of discourses constructed by these senators, we intend to, while situating them in specific historical conjunctures, reconstruct their model of argumentation. The work is guided by criteria of objectivity, clarity, albeit recognizing that is not always an easy task to maintain those when language is the main object of analysis.

keywords: 1. Speech in homage to the International Women's Day; 2. Ideology; 3. political speech.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 GÊNERO, DISCURSO E IDEOLOGIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS....	11
1.1 A questão do Gênero.....	11
1.2 As Marcas Lingüísticas.....	15
1.3 A Ideologia.....	19
1.4 A Proliferação dos discursos.....	22
2 DISCURSO FEMININO: PRODUÇÃO OU REPRODUÇÃO?.....	27
2.1 Considerações sobre tecnologização.....	27
2.2 O pronunciamento da Senadora Benedita da Silva.....	30
2.3 O pronunciamento da Senadora Íris de Araújo.....	45
2.4 Os dois discursos: o que os une; o que os separa.....	51
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
ANEXOS.....	60
ANEXO A.....	61
ANEXO B.....	70

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que é comumente propagado pelos discursos feitos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em quase todo o mundo no dia 8 de março, a instituição da data não coincide com o suposto incêndio ocorrido na fábrica nova-iorquina Triangle, evento em que teriam morrido mais de cem operárias, em sua maior parte imigrantes. O propalado incêndio na fábrica nominada Triangle Shirt Waist Company, segundo Gianotti (2004) e Kandel (1982), nada mais é do que um mito histórico, sem comprovação documental, cunhado para dar ordem a uma série de acontecimentos que tiveram lugar em todo o mundo a partir da segunda metade do século XIX, ocasião em que tanto na Europa quanto nos Estados Unidos o movimento trabalhista era intenso, principalmente nos setores ligados à produção mineral e à tecelagem.

Observamos que, mesmo no Congresso Nacional, as informações que circulam a respeito da instituição do Dia Internacional da Mulher e de todo esse processo de lutas são superficiais. O próprio mito histórico é, por vezes, citado como origem da data por nossas representantes em seus discursos de homenagem. Há, certamente, várias versões e muitos fatos que precisam ser esclarecidos.

O que sabem nossas representantes do Senado a respeito de tais questões? Como falam de si e, por consequência, de cada uma de nós a respeito de conquistas, necessidades e especificidades do gênero feminino? Será, o silêncio histórico, uma das formas que o sistema encontrou para cooptar um movimento cujas bases estão intrinsecamente ligadas à luta por direitos trabalhistas, assunto

atual e de expressão mundial? São muitas as perguntas a que queremos responder.

Precisamos esclarecer que nossa proposta não é, exatamente, estudar de forma detalhada os fatos históricos que levaram à instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher. No entanto, usaremos a data e os discursos como referência para sabermos o que dizem nossas representantes no Senado a respeito das mulheres nessa ocasião comemorativa. Nosso objetivo é verificar se, na citada ocasião, os desafios que se impõem à mulher na pós-modernidade são objeto de reflexão pelos discursos proferidos – tendo em vista que o transcurso do tempo trouxe, necessariamente, mudanças na legislação e na própria condição social das mulheres – ou se, ao contrário, seguem repetindo, retomando, aqueles discursos mais tradicionais e radicais.

Vivemos inseridos na sociedade da informação. Cada vez mais nos sentimos fragmentados em relação ao que nos é dito, ao que assistimos na tevê, aos que lemos nas revistas. A escolha do presente tema justifica-se em função de uma necessidade de subversão da superficialidade. Precisamos ser críticos em relação ao que dizemos sobre nós, bem como em relação ao que dizem nossos representantes. Não se trata de um olhar feminista, mas da busca por identificar como, no Senado Federal, se constrói o universo feminino.

O **objetivo geral** deste trabalho é, então, analisar os pronunciamentos de duas senadoras, de duas legislaturas distintas, proferidos na sessão solene realizada anualmente no Senado Federal e no Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Os **objetivos específicos** são: mostrar a ideologia subjacente a esses textos; e apontar, por meio das marcas lingüísticas, quando,

porventura, os discursos das senadoras retomam outros de aproximadamente trinta anos atrás. As **questões de pesquisa** são:

1. Quais são as ideologias subjacentes aos discursos das duas senadoras, o que eles possuem em comum e o que constitui um diferencial entre eles?
2. Os dois discursos contemplam as ocorrências/conquistas sócio-históricas das mulheres brasileiras da época em que foram produzidos ou repetem discursos feministas anteriores, de uma época em que as mulheres tinham vida e *status* diferentes?

O recorte de duas legislaturas traz a este trabalho a perspectiva de um período que abrange cinco anos da história do Senado Federal (1998 a 2003). Utilizam-se, como objeto de análise, os discursos proferidos pelas seguintes senadoras: Benedita da Silva, da 50^a Legislatura; Íris de Araújo, da 52^a Legislatura. O primeiro texto escolhido é um discurso proferido por Benedita da Silva, senadora pelo PT do Rio de Janeiro, no dia 10 de março de 1998, no plenário do Senado Federal, em sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O segundo texto, por sua vez, é um discurso proferido pela senadora Íris de Araújo, senadora pelo PMDB de Goiás, no dia 12 de março de 2003, no plenário da Câmara dos Deputados, em sessão solene conjunta também em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Procurou-se, por conseguinte, para efeito de análise, discursos que fossem uma amostra de como falam as mulheres de partidos com posicionamentos opostos, ou seja, um pertencente à direita e o outro à esquerda, com um lapso temporal, entre si, de cinco anos.

Esta pesquisa se baseia no trabalho de Butler (2003), sobre conflitos de gênero e questão da identidade. Sobre a questão ideológica serão utilizados os estudos de Thompson (1995) e de Althusser (2001). Além destes autores, serão considerados muitos outros da área de Análise do Discurso, como Orlandi (2003), Brandão (1998), Fairclough (2001) e Koch (2004a e 2004b).

Busca-se, aqui, dar uma pequena amostra do universo de discursos proferidos pelas citadas oradoras como indicativo de que, talvez, esses discursos não estejam fazendo jus ao modo de vida das mulheres da atualidade e ao seu *status* político e social. Procura-se situá-los conjunturalmente, bem como fazer uma análise sobre a ideologia e os recursos argumentativos presentes nos níveis retórico e estilístico.

A introdução deste trabalho destina-se a delinear o ponto de que se parte para a análise, traçando, em linhas gerais, os limites temporais, os objetivos gerais, específicos e as questões de pesquisa. O capítulo 1 diz respeito à teoria que será utilizada na análise. O capítulo 2, por conseguinte, é o que tratará da análise propriamente dita. Este, além da análise, traz alusão à biografia política das senadoras cujos textos foram selecionados. A última parte destina-se à conclusão do trabalho e ao cotejo dos textos, fazendo um paralelo em que serão mostrados os pontos em comum e os divergentes.

1 GÊNERO, DISCURSO E IDEOLOGIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS

O presente capítulo traz os apontamentos teóricos que são utilizados como o fundamento para a análise do capítulo 2. Possui quatro partes distintas: a questão do gênero; as marcas lingüísticas; a ideologia; a proliferação dos discursos.

A questão do gênero é o ponto de partida, o elo, entre os textos escolhidos. Foram utilizados discursos proferidos por mulheres a respeito de mulheres. Por meio das marcas lingüísticas – sob o enfoque do que, porventura, possa ser específico – é que se pode perceber se os textos guardam semelhanças, se são inovadores, se são atuais e qual a ideologia a eles subjacente.

1.1 A questão do gênero

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.610/01, de autoria da Deputada Iara Bernardi (PT – SP), que é coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional. Esse projeto propõe a utilização de linguagem de inclusão da mulher na redação de documentos oficiais e da legislação.

Segundo essa proposta, toda redação de leis e atos normativos deve utilizar vocábulos que designam o gênero masculino apenas quando se referem exclusivamente aos homens. Sendo assim, toda vez que tais veículos referirem-se às mulheres deverão utilizar vocábulos no feminino. Se os textos, documentos ou leis referirem-se a homens e mulheres o uso de vocábulos nos dois gêneros será obrigatório. Daí surge a pergunta: tudo isso é mesmo necessário?

Talvez essa maneira de se referir a homens e mulheres não seja um aspecto tão relevante quanto outros que envolvem a mulher e sua luta pela igualdade de direitos na sociedade. E talvez até seja, considerando-se que muitas grandes mulheres foram ofuscadas historicamente por um tratamento considerado genérico. Enquadradas nessa forma de “globalização” masculina, elas, incontáveis vezes, sequer tiveram mencionados seus feitos.

A supramencionada proposta, no entanto, é utilizada, neste trabalho, apenas para a introdução daquele que é um dos pontos cruciais desta monografia: a mulher e o discurso que faz por ocasião do Dia Internacional da Mulher. O projeto serviu para ilustrar que o modo de operação do discurso feminino, nesse âmbito, é importante e que reflete uma luta de longa data para a definição do papel social da mulher. Luta esta que nem sempre tem sido profícua.

A partir das lutas feministas dos anos 70, cunhou-se a expressão gênero para amenizar as questões relativas às diferenças entre os sexos (BUTLER, 2003). Sob um conceito de gênero culturalmente adquirido – e diferenciado da categoria “sexo” – é que se fundamentaram todos os discursos e as práticas feministas da época. Foi afastado, com o novo conceito, o caráter “natural” que prescreviam as relações de dominação masculina.

Identificadas com a própria maternidade, às mulheres era dado um papel apenas no âmbito da vida privada, como a manutenção do lar e a criação dos filhos. A própria noção de reificação estabelecida por Thompson (1995, p.87) traz à tona essa questão. Na reificação as circunstâncias de dominação são apresentadas como naturais e permanentes, mesmo que transitórias, por serem representativas de

dado momento histórico e social. Afastando-se a noção de sexo, deu-se, por conseguinte, ênfase a uma nova perspectiva que estava nos níveis cultural e social. Mas quais foram às implicações do conceito de gênero para o discurso feminino?

Em seu trabalho, Butler (2003) desconstrói o conceito de gênero. Ela discute a questão e confronta duas posturas que considera basilares. A primeira é a das feministas dos anos 70 que entendiam que o gênero era “uma interpretação cultural do sexo” e, como tal, uma construção cultural. Butler (ibid.) faz sua crítica mostrando que a idéia de uma “lei cultural inexorável” correspondia a uma imposição de significados culturais que são impressos no que ela chama de “corpos-receptáculos”. Butler afirma:

Em algumas explicações, a idéia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

A segunda posição citada por Butler (ibid.) é a da filósofa Simone de Beauvoir que, em sua obra intitulada **O Segundo Sexo**, afirmou que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. A autora critica essa posição por entender que Beauvoir traça, também, uma compulsão cultural, só que, dessa vez, construída e atrelada ao fato da pré-existência de um corpo feminino. Diz Butler (2003, p. 27): “para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um *cogito* que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro” (grifo da autora). Partindo das mencionadas correntes que falam sobre a noção de corpo, Butler (ibid.) entende que

ambas consideram-no como o instrumento por meio do qual a compulsão cultural se realiza e se manifesta externamente. Sendo assim, o tema é sempre o mesmo: o sexo é natural; o gênero, cultural. Sob o conceito do gênero culturalmente adquirido é que se fundamentaram o discurso e as práticas feministas da época. Considerando a relação sexo/gênero arbitrária e também de caráter cultural, Butler introduziu uma outra questão: a do desejo. Postula a autora:

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. (BUTLER, 2003, p. 45).

O que interessa, neste trabalho, com relação à questão do gênero, é como se apresenta o que podemos denominar um discurso do gênero feminino no Congresso Nacional. Precisamente, faz parte da análise saber se há uma adequação entre os discursos feitos em homenagem à mulher e os possíveis interlocutores desses discursos. É

É possível que os interlocutores não sejam aqueles imaginados como “leitores virtuais” (ORLANDI, 1996) desses textos. Pressupõe-se que sejam as telespectadoras da TV Senado e as ouvintes da Rádio Senado. É também possível que esses discursos não atinjam de modo direto as pessoas a que se destinam – as mulheres, principalmente aquelas que são vítimas de alguma forma de preconceito, que sofrem com a desigualdade de oportunidades – conforme a intenção das oradoras. Esse é um dos assuntos do capítulo 2.

1.2 As marcas lingüísticas

A análise do discurso busca compreender os sentidos provenientes de objetos simbólicos presentes em cada discurso, o que é feito por meio da análise de textos. É neles que o discurso se materializa (ORLANDI, 2003).

Sofre o sujeito do que Pêcheux (apud ORLANDI, 2003) chama de esquecimentos no discurso. Os esquecimentos dão-se em dois níveis: o da enunciação e o ideológico. No primeiro nível, inserem-se as escolhas dos sujeitos do discurso ao usarem determinadas estruturas em detrimento de outras. Todas essas estruturas/escolhas falam, significam, sobre aquele que profere o discurso. Elas são marcas de identidade, de formações discursivas e ideológicas, de interdiscursos etc. e servem para apontar fatos relativos ao discurso e a seu sujeito. Um desses elementos é o fato de os textos trazerem relações argumentativas que estão ligadas à intencionalidade de quem os proferiu e ao efeito que visam a produzir. Koch bem sintetiza esse raciocínio:

A escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade, ou **pode estar a serviço da argumentação**, situando melhor o objeto do discurso dentro de determinada categoria, do que o faria o uso de um sinônimo. (KOCH, 2004a, p. 154; grifos nossos).

Para Koch (ibid.) são marcas lingüísticas: pressuposições; marcas de intenções; modalizadores; operadores argumentativos; imagens recíprocas; marcas de tempo, bem como as pressuposições, as marcas ilocucionárias, a ironia, a negação etc.

A presença de operadores argumentativos traz coerência ao texto, bem como dá noções ao leitor de como é construído o sentido. Nisso reside sua força argumentativa. Os operadores argumentativos servem: para marcar o argumento mais forte de uma escala de sentido ou de uma conclusão; para somar argumentos a favor de uma conclusão; para introduzir uma conclusão que advém de enunciados anteriores; para inserir argumentos alternativos e gerar conclusões opostas; para estabelecer categorias de comparação; para introduzir explicações ou justificações; para contrapor argumentos; para introduzir conteúdos pressupostos; para distribuir elementos em escalas opostas.

Vamos destacar, nos textos analisados, a presença de advérbios ou locuções afetivas ou atitudinais, como, por exemplo, no anexo A, “felizmente” (linha 7) e “infelizmente” (linha 9), que mostram a atitude psicológica do enunciador. Apontaremos, também, o jogo de vocábulos antônimos; a presença de um eixo de enunciação negativo e de outro positivo; a presença de verbos cuja forte carga semântica traduz a idéia de engajamento; a adjetivação exacerbada; os marcadores espaços-temporais.

Para Koch (2004a, p.154), “há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos”. Destaca-se, nesse sentido, o marcador de excesso “ainda” presente no Anexo A.

Os tempos verbais, por seu modo e conjugação, por exemplo, mostram a atitude comunicativa do enunciador. Tratar-se-á de relato ou comentário. A pressuposição tem como base um conhecimento compartilhado entre o enunciador e o seu ouvinte/leitor. Assim, o enunciador crê que seu interlocutor possui um

determinado repertório de informações. Embutido nesse contexto de conhecimento compartilhado está a ironia. Na ironia há uma subversão, por parte do enunciador, da enunciação. Há um deslocamento de sentido.

A escolha/seleção lexical revela qual é a intenção por parte do enunciador. Ele tende tanto a fazer escolhas lexicais quanto a fazer um recorte do referente. Essas escolhas lexicais encaminham a argumentação para o recorte que ele deseja. Sendo assim, a intenção está sempre subordinada às questões contextuais de tempo, lugar e pessoa. Em função dessas condições, o enunciador faz uma modalização do discurso para adequar-se à situação.

O outro ponto que será abordado, principalmente no discurso da senadora Íris de Araújo, Anexo B, diz respeito às formas de articulação ou progressão textual. Segundo Koch (2004b, p.83, grifo nosso):

A presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isto é, tem função retórica. **“Martela-se” na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, estruturas, conteúdos semânticos, recursos sonoros** etc., de tal modo que a mensagem se torne mais presente em sua memória – não é o que faz a propaganda? – e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa.

A autora utiliza vários elementos de articulação textual que chamam a atenção: os paralelismos (sintáticos e rítmicos), a repetição de itens lexicais, a seleção verbal e as antíteses ou oposições, a oposição entre verbos.

Para Koch (*idem, ibidem*, p.81), no paralelismo “o enunciado constrói-se com a utilização das mesmas estruturas sintáticas, preenchidas com itens lexicais

diferentes” e é, com freqüência, “acompanhado de um paralelismo rítmico ou similitudência”. Também como forma de articulação textual há a repetição – certamente intencional – de itens lexicais. O uso de termos pertencentes a um mesmo campo lexical, isto é, “cujos referentes, em termos cognitivos, pertencem a um mesmo *frame* ou *script*”, segundo Koch (2004b, p. 84), visa a “garantir a continuidade de sentidos no texto”, porque “a ativação de elementos componentes do mesmo esquema cognitivo, por meio da utilização de termos de um mesmo campo lexical, é responsável pela manutenção do tema ou tópico discursivo.” (*idem*, *ibidem*).

Em outras palavras, ainda segundo Koch:

A reiteração ou repetição de itens lexicais **tem por efeito trazer ao enunciado um acréscimo de sentido** que ele não teria se o item fosse usado somente uma vez, já que não existe jamais uma identidade total de sentido entre os elementos recorrentes, ou seja, **cada um deles traz consigo novas instruções de sentido que se acrescentam às do termo anterior.** (id, *ibid.*, p. 81, grifos nossos)

Também para Fairclough (2001, p. 104), as escolhas não são desmotivadas, neutras, porque “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais de conhecimento e crença”.

Nesse trabalho, busca-se explicitar ainda o que os dois textos *corpus* da pesquisa possuem em comum e o que possuem de diferente, isto é, como falam as oradoras que serão analisadas sobre essa temática específica. Para isso, são usados os conceitos acima, especialmente o de marcas lingüísticas que, por serem ideológicas, revelam um não-dito que, por vezes, contraria o próprio dito. Existirá

mesmo uma marca própria ao discurso “feminino”? São questões que buscaremos compreender ao longo da análise feita no capítulo 2.

1.3 A ideologia

Para Orlandi (2003), o sujeito do discurso não tem consciência total das redes de sentido a que se filia e sofre as influências da ideologia e do inconsciente que se manifestam em seu discurso. Isso acontece porque todos os sujeitos estão ligados ao mundo por suas convicções, por sua história e por sua experiência simbólica. A autora afirma que o discurso acontece no ponto da intersecção entre o eixo memória e o eixo atualidade:

A Análise do Discurso se propõe a construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque, como vimos pelo exemplo acima, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras. (ORLANDI, 2003, p. 34).

Essas escutas, de que trata Orlandi (2003), estão na Análise do Discurso dando novo significado ao conceito de ideologia, que é uma condição para a construção de entrelaçamento dos significados, dos sentidos. Sobre isso, diz a autora:

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas”

não como “que afetam os sujeitos”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (ORLANDI, 2003, p. 46).

Thompson (2001) nos traz o que compreende como os modelos pelos quais a ideologia se manifesta para manter seus padrões de dominação. Quais sejam: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Resta-nos saber em que medida esses processos, ou alguns deles, estão presentes em nosso objeto de análise.

Na legitimação as redes de dominação são apresentadas como legítimas e dignas de apoio. Esse mecanismo ideológico, vamos chamá-lo assim, também possui suas estratégias, quais sejam: a racionalização, a universalização e a narrativização. A racionalização é uma estratégia em que está presente uma lógica de raciocínio que tem como objetivo a persuasão do ouvinte/espectador. Na estratégia de universalização interesses particulares aparecem como sendo de interesse coletivo. Na narrativização histórias do passado são inseridas no processo de legitimação e criam o presente como parte de uma tradição imutável.

Na dissimulação há uma negação das relações de dominação, uma ocultação ou camuflagem. As estratégias utilizadas são: o deslocamento, a eufemização e o tropo. No deslocamento um termo utilizado como próprio de determinada coisa ou pessoa passa a definir outra. Sendo assim, desloca-se o foco, a causa real; na eupemização faz-se uso de descrições positivas. Ao tropo, por sua vez, compreende o uso figurativo da linguagem, de formas simbólicas.

Na unificação as estratégias utilizadas são a padronização e a simbolização da unidade. A unificação possui como característica marcante ser o

meio pelo qual o coletivo se identifica, mas ignorando as diferenças individuais. Na padronização constrói-se uma unidade simbólica entre os indivíduos. Criando-se uma identidade coletiva, desprezando-se eventuais diferenças e divisões. Na simbolização da unidade é constituída uma unidade nacional por meio de representação simbólica.

A fragmentação visa à segmentação de grupos e indivíduos que desafiam o *status quo*. Suas estratégias são a diferenciação, que traz à tona as diferenças existentes entre grupos e pessoas, e o expurgo do outro, que constrói a noção de um inimigo que deve ser expurgado, eliminado.

Na reificação as circunstâncias de dominação são apresentadas como naturais e permanentes, mesmo que transitórias, históricas. As estratégias são a naturalização, a eternização, a nominalização e a passivização. Na naturalização uma criação social, histórica, é apresentada como natural. Thompson (1995, p. 88) traz como exemplo a divisão social do trabalho entre homens e mulheres. O que é comumente identificado pela sociedade como “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” pode ser apresentado como sendo fruto de uma condição fisiológica, de uma condição ligada ao sexo. Na eternização retira-se o caráter histórico de fatos e acontecimentos, dando-lhes uma feição eterna, imutável. Trata-se de uma cristalização social. A nominalização e a passivização são estratégias ligadas à gramática e à sintaxe. Na nominalização relatos de ações e seus participantes transformam-se em nomes; na passivização os verbos são utilizados na voz passiva para que a identidade do autor seja preservada.

Althusser (2003), por sua vez, possui algumas características peculiares. Ele traz o conceito para um viés mais relacional, isto é, a ideologia habita a relação dos homens com suas condições de existência. Tratando-se de uma relação imaginária e, conseqüentemente, distanciada, o homem produz formas simbólicas de representação. É nesse distanciamento que Althusser (ibid.) acredita que se encontra a deformação, a alienação do homem em relação à sua existência no mundo. A outra peculiaridade é a de que a ideologia se insere em “um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.” (ALTHUSSER, 2003, p. 92). Por fim, considera que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos.

Serão utilizados, como base para este trabalho, o conceito de ideologia adotado por Thompson, seus modelos de manifestação da ideologia, bem como o conceito de Althusser de aparelho ideológico de Estado.

1.4 A proliferação dos discursos

As condições de produção do discurso englobam o sujeito, a situação e a memória. Orlandi (apud BRANDÃO, 1998) traça a concepção do sujeito em três fases distintas. Na primeira fase, a idéia é de interação. Há uma interação, uma troca, entre o “tu” e o “eu”. Na segunda fase há uma idéia de conflito. É uma concepção influenciada pela retórica. Nessa fase, as relações entre os sujeitos estão sob a égide de uma tensão “em que o tu determina o que o eu diz, ocorrendo uma tirania do primeiro sobre o segundo” (ORLANDI apud BRANDÃO, 1998, p. 46). Na terceira fase surgem os conceitos de identidade e de alteridade. A relação

interdiscursiva não está nem no eu nem no tu, mas no “espaço discursivo” (id., ibid.) que se forma entre ambos. “O sujeito só se completa na interação com o outro” (id., ibid.).

A noção de circunstância, por sua vez, está ligada à de historicidade, que não deve ser entendida como uma seqüência de fatos, como o desenrolar de uma histórica, mas como algo que se remete a todo o grande e intrincado universo cultural em que estamos imersos. Na linguagem, a historicidade se refere ao que nela se preserva e ao que é resgatado discursivamente pelo sujeito no momento da interlocução, que o ajuda a construir os sentidos do que é dito. No sujeito, a historicidade é relativa à memória discursiva em relação a si mesmo e à sua relação com a linguagem, também funcionando como condição de produção dos sentidos durante a interlocução. Na interação todos os envolvidos são afetados pela historicidade.

Há, ainda, o que Orlandi (2003) chama de memória. Trata-se do interdiscurso, uma categoria em que está tudo o que já foi dito sobre todas as questões da humanidade e que perpassa os discursos, mesmo sem que o sujeito tenha consciência disso. Quando nascemos, já encontramos essa “memória” em andamento e nela somos inseridos quando de nossa aquisição da linguagem em sentido amplo. Segundo Orlandi:

A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-constituído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2003, p. 31).

É preciso que se compreenda essa memória para que tenhamos consciência da relação sujeito/ideologia. Orlandi (ibid.) denomina a relação entre a memória e o discurso atual, o que se está dizendo, de relação interdiscurso/intradiscurso. Ela discorre sobre isso, citando Courtine:

Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representado como eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2003, p. 32).

Afirma ainda Orlandi (ibid.) que o discurso se dá no ponto da intersecção entre o eixo memória e o eixo atualidade. Para ela, o sujeito do discurso não tem consciência das redes de sentido a que se filia e, sendo assim, sofre as influências da ideologia e do inconsciente, já que está ligado ao mundo por suas convicções, por sua história e por sua “experiência simbólica de mundo”. Dando seqüência a esse pensamento, a autora continua:

Por isso, a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque, como vimos pelo exemplo acima, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras. (ORLANDI, 2003, p. 34).

Com todas essas considerações a respeito do sujeito e do seu discurso, a preocupação, neste estudo, é exatamente esse não-dito, essas entrelinhas que surgem sempre que, em uma sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, senadores assomam à tribuna para exercer o papel de representantes de

seus respectivos Estados e, por conseqüência, dos cidadãos desses Estados.

Como em um movimento circular, a linguagem assenta-se em uma força centrípeta. O que se refere às categorias que Orlandi (2003) propõe como sendo os limites entre o mesmo e o diferente, na tensão existente entre os processos parafrásticos e os polissêmicos. Segundo a autora, os processos parafrásticos correspondem ao mesmo, ao já-dito. É o que traz estabilidade ao que é enunciado. Por seu turno, os processos polissêmicos são aqueles que confluem para a formação do diferente. É o desequilíbrio, o deslocamento, o que gera o novo.

Estando a linguagem baseada nesse equilíbrio de forças, é interessante analisar até que ponto os discursos que este estudo se propõe a analisar são regidos pelo mesmo e até que ponto são regidos pelo diferente, até que ponto são parafrásticos e até que ponto são polissêmicos, criativos. As senadoras, enquanto posicionadas como sujeitos dos discursos em homenagem à mulher, são repetidoras de discursos, numa relação de esquecimento, acreditando serem donas de seu dizer, sendo, no entanto, assujeitadas a ele? Ou, ao contrário, posicionam-se como sujeitos desses discursos, cômicas de seu dizer? Até que ponto ocorre um e outro fato? A consciência total é possível? Todas essas questões se constituem como foco da análise do próximo capítulo.

Como complementação deve-se considerar, ainda que de maneira ligeira, duas importantes noções trazidas por Norman Fairclough (2001): a noção de *ethos* e a noção de tecnologização. Por *ethos* entende-se a própria identidade social. Trata-se de um conceito mais abrangente que inclui não só o comportamento verbal, mas o não-verbal. Sobre isso, diz o autor:

(...) o *ethos* pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de “modelagem” em que o lugar e o tempo de interação e seu conjunto de participantes, bem como o *ethos* dos participantes, são constituídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 207).

Ao falar do discurso nas sociedades contemporâneas, Fairclough (2001) traz um tópico sobre a tecnologização das sociedades modernas. Ele estabelece que nestas há uma tendência à instituição de mecanismos de controle social da vida das pessoas. Estendendo ao discurso esses mecanismos, o autor identifica a criação de “tecnologias discursivas” (id., ibid). Essas tecnologias trabalham baseadas em um sistema formado por “conhecimento sobre linguagem, discurso e poder” (id., ibid). Diz ele:

Elas são planejadas e aperfeiçoadas com base nos efeitos antecipados mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas lingüísticas no vocabulário, na gramática, na entonação, na organização do diálogo, entre outros, como também a expressão fácil, o gesto, a postura e os movimentos corporais. Elas produzem mudança discursiva mediante um planejamento consciente. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 265).

Neste trabalho, pretende-se ainda refletir sobre o *ethos* que se apresenta e sobre até que ponto os discursos das senadoras cujos textos estão sob análise sofreram os efeitos de um processo de tecnologização. Isso também é feito no capítulo 2.

2 DISCURSO FEMININO NO CONGRESSO NACIONAL: PRODUÇÃO OU REPRODUÇÃO?

O presente capítulo destina-se à análise dos pronunciamentos das senadoras Benedita da Silva e Íris de Araújo. Pertencentes a legislaturas diferentes, os discursos foram proferidos em sessão solene realizada anualmente no Senado Federal e no Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Busca-se mostrar a ideologia subjacente aos textos, as marcas lingüísticas comuns e, sobretudo, apontar se são inovadores em relação ao que é dito a respeito das mulheres ou se, eventualmente, retomam o que vem sendo dito a esse respeito, no Congresso Nacional, ao longo dos últimos trinta anos.

Dividimos o capítulo em quatro tópicos, a saber: considerações sobre tecnologização no âmbito do Senado Federal; o pronunciamento da senadora Benedita da Silva; o pronunciamento da senadora Íris de Araújo e um item final que fará uma análise sobre o que lhes é comum. Há, em cada tópico, considerações sobre a ideologia subjacente, retomando os teóricos mencionados sobre a questão, e a análise dos marcadores lingüísticos que mais chamam a atenção.

2.1 Considerações sobre tecnologização no âmbito do Senado Federal

Retomando o que dissemos no capítulo anterior sobre a questão da tecnologização, mostramos, nesta seção, o processo que se deu na instituição Senado Federal depois do advento da Rádio Senado e, posteriormente, da TV Senado. Essas considerações são importantes tendo em vista que a abrangência

dos discursos proferidos nesta casa do Congresso Nacional se ampliou muito por causa da tecnologia midiática.

Destinados anteriormente apenas ao restrito número de pessoas que tinham acesso às galerias e ao registro nos Anais, por meio das notas taquigráficas, os discursos, bem como seus oradores, passaram a ter uma faceta diferente, uma entonação distinta, bem como maior elaboração quando do surgimento de meios de comunicação mais eficazes. Há que se destacar, também, que o próprio tempo destinado ao livre pronunciamento dos oradores – em que eles não estão atrelados à pauta ou assunto específico – sofreu um aumento, modificando a própria praxe da casa, isto é, alongando a duração das sessões além do tempo regimental.

A Rádio Senado foi criada, em 1996, por iniciativa do então Presidente do Senado Federal José Sarney, para conjugar algumas produções do Senado e para divulgar suas atividades, quais sejam: o Jornal do Senado, que é produzido para a Voz do Brasil; os boletins telefônicos e o serviço de som do Senado que transmitia, nas dependências da própria Casa, o áudio das sessões plenárias. De lá para cá, a Rádio ampliou sua malha de serviços começando a operar, em 2001, em ondas curtas com uma programação especial voltada às Regiões Norte e Nordeste do Brasil, além dos Estados de Mato Grosso e do norte de Goiás.

Seguindo a mesma proposta de divulgação dos trabalhos do Senado, a TV Senado começou a operar no dia 5 de fevereiro de 1996. Atualmente é transmitida para todo o Brasil pelas tevês a cabo, por antenas parabólicas analógicas e digitais e por sinal aberto de UHF. Ela atinge 50 milhões de domicílios.

Processo semelhante ocorreu na Câmara dos Deputados, onde ocorreu o pronunciamento da Senadora Íris de Araújo, em sessão do Congresso Nacional, tendo em vista que a TV Câmara iniciou suas atividades no dia 20 de janeiro de 1998.

O discurso da senadora Benedita da Silva corresponde ao início dessa fase de transmissões, um período em que as novas tecnologias ainda estavam em fase de implantação.

Vimos que Althusser (2003) explicita os mecanismos utilizados pela classe dominante para manter e reproduzir o *status quo*, ou seja, as condições de dominação, condições que são ideológicas, materiais e políticas. Esse autor estabelece como principais mecanismos os aparelhos repressores e os aparelhos ideológicos do Estado.

Podemos dizer que o Senado Federal e a Câmara Federal inserem-se na categoria de “Aparelho Ideológico do Estado” por várias razões. Primeiramente, são uma espécie de filtro social na medida em que formulam leis que visam, teoricamente, a defender os interesses e ideais da sociedade como um todo e, mais especificamente, dos estados da federação. Por outro lado, há todo um “ritual material” para que uma pessoa chegue a ocupar um lugar como membro da casa. Mesmo depois, há de se seguir uma praxe. A senadora Benedita da Silva, eleita com 2.249.861 votos, por exemplo – e qualquer outra no Congresso Nacional –, ao ocupar um cargo no Senado Federal, passou a observar algumas espécies de rituais e prescrições que são próprias dessa casa. Assim também funcionam a Rádio e a TV Senado, que levam os mecanismos de controle do Estado à casa das pessoas.

O Senado leva os discursos aos cidadãos, mas a leitura – aqui entendida em sentido amplo – não depende só disso. Ela emerge da interação. Sendo assim, há vários modos de ler e, conseqüentemente, vários modos de interpretar e entender um texto. Essas maneiras de ler são até certo ponto determinadas pelas condições em que o texto é produzido e pelos seus objetivos, mas não apenas, visto que a leitura também tem suas próprias condições de produção e seus próprios objetivos. Isso faz do texto um espaço de interação e de interlocução, mas também de conflito tanto entre sujeitos quanto entre discursos (ORLANDI, 1996). Desse modo, o que cada um entende do assunto da interlocução, a relação de cumplicidade entre os interlocutores, o conhecimento partilhado e inúmeros outros fatores interferem no modo como um texto é entendido, aceito ou não. Quem lida com política, normalmente, sabe disso.

Os textos que nos propusemos a analisar se incluem no gênero “discurso político”. Visivelmente foram frutos de elaboração anterior, isto é, não foram proferidos no calor da discussão, de improviso. Ambos destinaram-se a uma sessão de homenagem que ocorre anualmente e que é previamente marcada. Para esse tipo de sessão alguns senadores inscrevem-se para falar. Há de se observar que, em geral, as sessões de homenagem ocorrem pela manhã, fora do “horário nobre” do Congresso Nacional.

2.2 O pronunciamento da senadora Benedita da Silva

Antes da análise do pronunciamento e para introduzi-la faz-se, aqui, uma breve biografia da senadora, que nasceu em 26 de abril de 1942, na favela Morro do Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro. Proveniente de uma família de quinze

irmãos, Benedita Souza da Silva Sampaio trabalhou como engraxate, camelô, doméstica e vendedora de pastel. Assistente social por formação, foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores em 1982. Eleita para o Senado em 1994, foi a segunda senadora negra do Brasil. Em 1998, foi eleita vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro. Em 2002, assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo. Em 2003, deixando o governo do Rio de Janeiro, assumiu o cargo de ministra da ação social.

Benedita começa seu discurso (cujo texto completo está exposto no **Anexo A** deste trabalho) fazendo referência ao lugar de onde fala. Pode-se considerar que ela fala a partir de um lugar complexo, não apenas de mulher, mas de mulher (no sentido genérico), de negra (pertencente à raça negra), de mulher negra (restringindo um pouco), de pessoa oriunda das classes mais humildes e de mulher, negra e oriunda das classes mais humildes (numa restrição maior). Essa análise pode ser feita do seguinte trecho:

A SR^a. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como mulher, negra e oriunda das classes mais humildes, tenho um compromisso, que procuro reafirmar cotidianamente no exercício do meu mandato, de luta contra as imposições das classes dominantes, de incessante oposição a toda e qualquer forma de discriminação social.

Fala como integrante “das classes mais humildes”. Tem como compromisso falar das mulheres, das mulheres negras e daquelas “oriundas das classes mais humildes”. É o *Ethos*, categoria de que nos fala Fairclough (2001) e que representa a própria identidade social, conforme já dito no capítulo 1. Benedita é “mulher, negra e oriunda das classes mais humildes”, mas o *ethos* que representa,

em que está inserida, é o da senadora da república, da assistente social, da mulher crítica em relação às questões sociais.

Benedita fala do alto da tribuna, as senhoras e aos senhores senadores. Fala de um lugar que a liga discursivamente ao grupo que representa. Ao iniciar situando sua voz, inserindo-se como público/objeto de sua própria fala, assumindo seu compromisso de combate a “qualquer forma de discriminação social”, dá a impressão de falar àquelas que a elegeram e que, como ela, são mulheres, mulheres negras e “oriundas das classes mais humildes”. Segue por uma análise em que o cenário nacional e internacional – a condição social das mulheres afegãs –, a citação de mulheres que “chegaram à instância máxima de poder”, a globalização, os novos rumos mundiais, são a tônica. Rebuscando sua linguagem e diversificando citações de pessoas e entidades, não fala mais àquele que seria, em tese, o seu público alvo, aos que a elegeram e às mulheres que de fato sofrem os efeitos da discriminação social.

Pode-se afirmar que a própria instituição, por meio de suas praxes, de sua tecnologização, acaba por fazer uma filtragem do que é tratado de seu púlpito. Esvaziando os empreendimentos criativos, faz repetir os discursos. Benedita da Silva inclui-se nesse processo e mostra um olhar distanciado daquele que é peculiar ao seu público alvo. Por exemplo, quando diz:

Nos Estados Unidos, a nação mais poderosa do planeta, a política externa está entregue à Secretária de Estado Madeleine Albright. Também naquele país, uma brasileira, Jacqueline Lira, faz parte de um seleto grupo que opera o laboratório de propulsão a jato da NASA. Seria cansativo citar exemplos de mulheres que ocupam funções de importância basilar nos negócios, na política e em todos os segmentos da sociedade.

Ao falar de um lugar que a liga discursivamente ao grupo que representa, o discurso cai em uma espécie de contradição, que é típica de alguns discursos da esquerda: ao reivindicar a diferença, cria outras. Exclui-se a universalidade do direito e a singularidade do sujeito (ORLANDI, 1996), o que enfraquece necessariamente a questão. É o que Thompson (1995) estabelece como fragmentação. O discurso de Benedita da Silva mostra esse movimento logo no primeiro parágrafo, ao anunciar sua voz:

A SR^a. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como mulher, negra e oriunda das classes mais humildes, tenho um compromisso, que procuro reafirmar cotidianamente no exercício do meu mandato, de luta contra as imposições das classes dominantes, de incessante oposição a toda e qualquer forma de discriminação social.

O discurso, por seu tom apaixonado de “oposição a toda e qualquer forma de discriminação social”, embute também reivindicações que estão relacionadas à etnia. Ao ultrapassar a questão do gênero, enfraquece sua representatividade em relação ao que se constitui como o tópico original do pronunciamento: o Dia Internacional da Mulher.

Essa fragmentação do sujeito é parafrástica e retoma discursos anteriores feitos a respeito das mulheres/para as mulheres, pelo menos ao longo das últimas três décadas.

O texto de Benedita da Silva retoma, por exemplo, o discurso de que as mulheres são dotadas de sensibilidade e que, por essa qualidade específica, podem contribuir para a melhoria da sociedade. Benedita invoca até o que chama de uma experiência de “gestão do cotidiano”.

Nossa experiência histórica, gestão do cotidiano, experiência diversificada, mobilidade e práticas apontam para o papel social que devemos assumir: o de elementos portadores de uma visão e de uma sensibilidade que poderão melhorar nossa sociedade no que concerne à organização e à definição de propriedade e objetivos.

Por outro lado, cita as conquistas de mulheres que deram importantes contribuições a seus países e ao mundo por sua “capacidade de trabalho e talento”, o que pode ser mostrado no trecho em que diz:

Entre suas conquistas mais importantes, pode-se citar o direito ao voto. Era pouco para seu potencial, para sua capacidade de trabalho e seu talento. Assim, aos poucos, foi alcançando níveis maiores, até assumir cargos da maior importância, como as chefias de governo. Num relance, poderíamos citar, entre as mulheres que chegaram à instância máxima do poder, Isabel Perón, Indira Gandhi, Golda Meir, Benazir Bhutto, Violeta Chamorro, Margaret Thatcher.

Há elementos recorrentes, como, por exemplo, o caso das tecelãs americanas. O texto em questão comenta o episódio das 129 tecelãs (linhas 31 a 35) supostamente mortas no incêndio da Triangle Shirt Waist Company, em Nova Iorque, como podemos ver abaixo:

O Dia Internacional da Mulher foi instituído não apenas para homenagear as mulheres, mas, principalmente, para marcar a luta em favor do reconhecimento dos seus direitos. A humanidade conscientizou-se dessa necessidade sobretudo após a morte de 129 tecelãs americanas, incendiadas criminosamente na fábrica em que trabalhavam por reivindicarem jornada diária de 10 horas de trabalho.

Esse episódio é considerado, neste estudo, um mito histórico, conforme os estudos realizados por Vito Giannotti (2003) e por Kandel (1982), cujos conteúdos abrangem a interpretação e contextualização histórica de fatos que levaram ao fomento do mito. Não há, por exemplo, documento oficial que comprove sua real

ocorrência, bem como sua relação com a instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Apesar disso, o evento é comumente citado em discursos proferidos no Senado Federal e no Congresso Nacional quando se fala em sessão solene de homenagem à data como se fosse relacionado à sua criação.

Ao passo que no texto, nas linhas 49 a 54, busca realçar a posição da mulher atuante, participante da história, que “foi à luta”, no parágrafo anterior, nas linhas de 41 a 48, ela faz uma referência que pode ser considerada pejorativa aos homens, como para atribuir-lhe a culpa pela situação de submissão feminina:

Nas últimas décadas, as mulheres abandonaram sua posição de espectadoras dos acontecimentos para assumir o papel de participantes da história, seja na política, nas artes, na economia, ou no papel anônimo de operárias, mães, chefes de família. **A mulher cansou-se das promessas do mundo masculino**, de que **sua vez** estava para chegar. Assim, arregaçou as mangas e foi à luta, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, nas repartições públicas. (grifos nossos).

Essa voz está imbuída de um modo de operação da ideologia que Thompson (1995), já citado no capítulo 2, denomina dissimulação. Ao falar “das promessas do mundo masculino”, Benedita, na realidade, refere-se ao homem, mas, por meio da estratégia argumentativa e de preservação da face denominada tropo, prefere uma forma figurativa. É paráfrase de um discurso existente desde os primórdios do feminismo. A idéia é a de que a opressão feminina baseia-se na existência do que Butler (2003) chama de um “patriarcado universal”.

No discurso da senadora não há uma voz que fale ao homem de maneira direta, ao homem comum, do povo, como parte do processo. Os senhores senadores são, nesse quesito, seus únicos interlocutores diretos, tendo em vista a

ocasião. Para Butler (2003), essa constituição do conceito de um “patriarcado universal” surge para fortalecer a aparência de representatividade das reivindicações do feminismo. É um lugar comum no discurso da esquerda dos anos 70, principalmente àqueles mais radicais, que tomaram lugar na época em que o feminismo era a tônica necessária para que a mulher se libertasse da opressão. Não necessariamente, no entanto, a condição feminina, mesmo naquela época, era da responsabilidade absolutamente masculina. Além disso, muita coisa mudou de lá para cá, ainda que continuem a existir mulheres “oprimíveis” e manipuláveis e, portanto, oprimidas e manipuladas.

A senadora, no entanto, reconhece que há uma revolução econômica que se reflete no discurso e provoca mudanças sociais:

Na antevéspera do terceiro milênio, vivemos uma verdadeira revolução financeira e industrial. Suas conseqüências se **expressam na linguagem**, no mundo do trabalho, mudando radicalmente o modo de viver do povo brasileiro. (grifos nossos)

A seguir, utilizando-se do afirmativo condicional, Benedita da Silva cria uma voz que ameaça e anuncia que as mulheres precisam imbuir-se no processo de decisão “sobre a organização do mundo” em que vivem sob pena de ficarem alijadas do processo. No entanto, coteja como conseqüências aspectos que são gerais na sociedade: desemprego; baixo nível educacional; caos na saúde e aumento da violência. Vejamos o que ela diz:

Dentro do quadro alarmante da atualidade, **se nós mulheres não tomarmos medidas rápidas e drásticas**, continuaremos fora dos níveis de decisão sobre a reorganização do mundo em que vivemos, com graves reflexos nas questões de base como o desemprego, baixo nível educacional, caos na saúde e o aumento da violência, bem como tantos outros exemplos. (grifos nossos)

No discurso da Senadora há uma lacuna referente aos dados e às estatísticas sobre a questão do trabalho feminino e dos salários diferenciados que recebem as mulheres. Isso foi apenas afirmado, sem a preocupação de uma comprovação estatística, de modo que o texto, discursivamente, funciona mais como elemento de ratificação e de proliferação de uma espécie de boato disseminado na sociedade do que como um texto comprometido com os dados históricos atuais. Não foi feita referência concreta sobre em que setores da sociedade a questão da discriminação e da desigualdade de oportunidades está ainda presente na época em que foi proferido o discurso.

O mesmo ocorre quando a senadora faz considerações a respeito da globalização e de suas conseqüências. Nas linhas 70 a 72, afirma que “vivemos uma verdadeira revolução financeira e industrial, mudando radicalmente o modo de viver do povo brasileiro.” Mais uma vez, a informação é propagada de forma geral, sem dados que a corroborem. Não fica claro de que forma a mudança enfocada pelo texto atua na vida das mulheres – o que seria importante para que se pudesse cotejar quais os avanços e retrocessos que já existem na sociedade com relação à mulher – e sua relação com a globalização.

A afirmação da senadora de que as implicações da globalização nas políticas sociais “refletem as condições de vida das mulheres” vai além do que foi citado – aumento de mulheres no mercado de trabalho; aumento da taxa de desemprego das mulheres; aumento da taxa de mulheres como chefes de família.

Seguindo o conceito – já citado e explicado no capítulo 1 e anteriormente

neste capítulo – de que a leitura emerge da interação, de que há vários modos de ler, vários modos de interpretar e entender um texto, no penúltimo parágrafo do texto da senadora Benedita da Silva, observa-se a possibilidade de duas leituras:

O homem brasileiro, talvez um tanto assustado com a postura assumida pelas mulheres nestas últimas décadas, procurou distorcer o ideal e as feministas. O movimento foi enormemente prejudicado, dada a falsa noção de que as mulheres pretendiam *ser iguais aos homens*. Na verdade, nós **pleiteamos apenas respeito**, direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento de nossas potencialidades. (grifos nossos)

Ao afirmar que “pleiteamos **apenas** respeito” o texto dá a entender, por um lado, que os homens não precisam se preocupar, pois as mulheres não são suas competidoras na sociedade, mas que desejam o respeito deles, direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento das suas pontencialidades. Por outro lado, a palavra “apenas”, logo depois de “(...) dada a falsa noção de que as mulheres pretendiam *ser iguais aos homens*.”, provoca, como efeito de sentido, a leitura de que as mulheres não pretendem ter igualdade de condições com os homens, mas admitem uma posição inferior, se tiverem o seu respeito. O que é amenizado a seguir, quando ela, após dizer “nós pleiteamos apenas respeito”, completa: “direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento de nossas potencialidades”. No entanto, ainda assim, o trecho pode ocasionar a leitura de que as mulheres não desejam igualdade de condições, mas que aceitam que os homens continuem no comando.

Outra leitura possível para o trecho é trazida pelo marcador de pressuposição “apenas”. Em “Na verdade, nós pleiteamos apenas respeito (...)” temos marcado o pressuposto de que “respeito, direitos iguais, oportunidades

idênticas e reconhecimento de nossas potencialidades” ainda é pouco. Daí pode-se subentender que o ideal máximo a ser perseguido pelas mulheres é a condição de “ser homem” no mundo social ou de serem iguais a eles. Por descuido ou esquecimento, a senadora diz o que parecia desejar refutar.

Nesse mesmo contexto, no entanto, o discurso de que o que a mulher deseja é pouco – respeito, direitos iguais etc. – e de que ser “igual” ao homem é muito, pode ser encarado ainda como estratégia de persuasão dos homens à causa feminina. Obter a adesão masculina à causa feminina parece ser exatamente a intenção no discurso sob análise.

Sob esse mesmo ponto de vista, no último parágrafo, o texto doura um pouco a pílula para atenuar o seu leque de reivindicações e busca se unificar em torno da idéia de cooperação, de pacto, da questão de competição, de luta histórica entre homens e mulheres, como se competir em igualdade de condições fosse desmérito. No último trecho, afirma que:

No transcurso do Dia Internacional da Mulher, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é importante que a sociedade brasileira se conscientize de que as mulheres não se querem defrontar com os homens e nem com eles competir. Querem, pelo contrário, participar de forma ativa, juntamente com eles, da reformulação do modelo de relações sociais, não com interesses corporativos, mas com a convicção de que esse pacto resultará em benefícios gerais para toda a sociedade.

Esse discurso também chama a atenção pela maneira como é construído: trata-se de argumentação forte, contundente, com uma linha de raciocínio e uma coerência que lançam mão de recursos argumentativos poderosos. Entre eles destacam-se a seleção lexical – que engloba as oposições, ou jogos de palavras, a

força dos verbos, a adjetivação exagerada –, os marcadores espaços-temporais e, em especial, o marcador temporal de excesso “ainda”.

Já no segundo parágrafo do texto, pode-se verificar a primeira oposição para sustentar a argumentação: o uso dos advérbios ou locuções afetivas ou atitudinais “felizmente” (linha 7) e “infelizmente” (linha 9), que mostram a atitude psicológica do enunciador ao se representar diante dos eventos de que fala o enunciado (KOCH, 2004b).

A argumentação que permeia todo o discurso é aqui resumida: “se felizmente muito foi feito pela igualdade dos direitos entre os sexos, infelizmente ainda há muito que fazer” (linhas 7 a 9).

Outras oposições são recorrentes no decorrer do discurso, por meio de um jogo de vocábulos antônimos. É o caso de “homenagens” e “protestos” (linha 13); “espectadoras” e “participantes” (linhas 44); “quota masculina” (linha 108) e “contribuição feminina” (linha 112); “mulheres” e “homens” (linha 118); “igualdade” e “diferenças” (linha 116); “interesses corporativos” (182) e “benefícios gerais” (linha 183).

Na seleção lexical de todo o texto há também dois eixos: o positivo e o negativo. Ao falar da mulher na sociedade, de seu papel e de suas conquistas, a autora utiliza-se do matiz positivo, como é o caso dos vocábulos: “comemorações” (linha 19); “homenagear” (linha 33); “competência” (linha 62); “compromisso” (linha 3); “engajamento” (linha 8); “igualdade” (linha 40); “ideal de igualdade” (linhas 116); “oportunidade” (linha 63); “visão” e “sensibilidade” (linha 123); “capacidade de

trabalho” (linha 50); “talento” (linha 50).

Por outro lado, ao construir a crítica contra as diferenças, as desigualdades, o léxico utilizado possui um matiz negativo: “imposições” (linha 4); “oposição” (linha 5); “luta” (linha 8); “discriminação” (linha 6); “repressão” (linha 28); “protestos” (linha 13); “preconceitos” (linha 40); “apartação” (linha 67); “exclusão” (linha 89); “distorção” (linha 139).

É também relevante a escolha de verbos cuja forte carga semântica traduz a idéia de conquista, de engajamento, de mudança que permeia todo o discurso – **eliminar, promover, universalizar, arregaçar, desenvolver, mudar, estabelecer, perseguir, exigir**: “eliminar os preconceitos” (linha 39 e 40); “promover a igualdade” (linha 40); “universalizar essa luta” (linha 41); “arregaçar as mangas” (linha 47); “democratizar as oportunidades” (linha 63); “desenvolver um novo ideário” (linhas 129); “mudar a base democrática” (linha 151); “estabelecer a igualdade de oportunidades” (linha 152); “participar e intervir nos processos” (linha 94); “valor a perseguir e desenvolver” (linha 150); “exigir igualdade de oportunidades” (linha 159 e 160). Ressalte-se que o último verbo utilizado (exigir) não trata apenas de um simples pedido, mas de uma imposição, de uma medida forte, autoritária, quase bélica, demonstrando que a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres envolve embate, luta de classes.

A escolha dos verbos corrobora a idéia de incitar os ouvintes e/ou leitores à ação, dando movimento ao discurso, um movimento para eliminar preconceitos e promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Os índices de avaliação percorrem igualmente todo o discurso. Trata-se de adjetivação exagerada, exacerbada, como um protesto pessoal contra a situação feminina “**incessante** oposição” (linha 5); “**forte** engajamento” (linha 8); “**odiosa** discriminação” (linha 64); “**nítida** apartação” (linha 67); “quadro **alarmante**” (linha 83); “medidas **rápidas e drásticas**” (linha 84); “**graves** reflexos” (linha 85); “**reduzida** visão” (linha 102); “**péssima** gestão de recursos” (linha 113). Tal seleção de adjetivos tem um propósito que parece ser ressaltar, na mente dos ouvintes/leitores, a gravidade da situação de discriminação, de desigualdade da mulher, contra a qual a autora se manifesta de maneira apaixonada.

A partir do terceiro parágrafo, faz-se um histórico das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher com o uso de diversos marcadores espaços-temporais iniciando os parágrafos subseqüentes, sempre intercalando exemplos locais com exemplos internacionais, tais como: “no Brasil” (linhas 12); “em todo o mundo” (linhas 12); “no Estado do Rio de Janeiro” (linha 18); “no plano internacional” (linha 26); “desde então” (linha 38); “nas últimas décadas” (linha 43); “nos Estados Unidos” (linha 55); “na antevéspera do terceiro milênio” (linha 70).

Há de se retomar Fairclough (2001, p. 104) para afirmar que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais de conhecimento e crença”. Assim, procurar “situar os estados de coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo e/ou estabelecer entre eles relações de tipo lógico semântico”, também conforme Koch (2004b, p. 129), é um “processamento estratégico” que objetiva “facilitar a compreensão, introduzir

esclarecimentos/exemplificações, aumentar a força retórica do texto, **dar relevo a certas partes dos enunciados**, entre outros propósitos”. (*idem, ibidem*, p. 103)

Parece-nos que a Senadora procura “dar relevo” ou credibilidade às suas declarações por situar o leitor ou ouvinte no tempo/espço, provocando uma interessante alternância espaço/tempo (“no Brasil”, “no Rio de Janeiro”, “nas últimas décadas”, “na antevéspera do terceiro milênio”, conforme já citamos detalhadamente acima). Talvez sinta necessidade de agregar informações confiáveis ao seu discurso, informações que possam ser conferidas. Trata-se de um reforço argumentativo que traz um efeito de sentido de seriedade, de confiabilidade ao discurso.

Destaca-se, também, o uso do advérbio “ainda”. Há pelo menos seis ocorrências. Para Koch, “há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (2004a, p. 154).

Faz parecer que o uso do “ainda” foi estratégico. O “ainda” é um “marcador de excesso, isto é, **que aprecia a duração como excessiva**” (*idem, ibidem*, p. 226, grifo nosso) Em outras palavras, produz, na mente dos ouvintes e/ou leitores, exatamente a idéia de uma situação que se prolonga, que não foi inteiramente resolvida, que não findou. Como nos seguintes exemplos:

(...) nome que homenageia a garota brutalmente assassinada 30 anos atrás, num crime **ainda impune** que comoveu a cidade...” (linhas 15 e 16).

“A instituição do Dia Internacional da mulher viria a universalizar essa luta, que, **longe ainda de acabar**, tem registrado resultados animadores. (linhas 40 a 42)

Nesse aspecto, a sociedade brasileira **ainda tem que aprimorar-se** muito. (linhas 66)

Há uma nítida apartação da mulher no que tange às oportunidades de trabalho, e, **ainda quando empregada**, a mulher recebe salários bem inferiores aos dos homens para a execução de tarefas idênticas.” (linhas 67 a 69);

“Nesse sentido, a democracia de fato é um valor e um ideal dinâmico **ainda em construção**, por isso um ideal a ser perseguido em nossa realidade. (linhas 95 a 96);

Cabe **ainda lembrar a preocupação** de não generalizarmos a mera formalidade de ‘igualdade’ e a distorção percebida quando se confunde ‘igualdade’ com a ‘anulação de diferenças’. (linhas 138 a 140). (grifos nossos)

Nesse aspecto, a escolha do marcador temporal de excesso “ainda” é coerente ao tema de todo o discurso, encontrando-se em perfeita harmonia com a idéia defendida de que é excessiva a duração das diferenças, das desigualdades, e de que, apesar de todas as conquistas, **ainda** há muito a ser conquistado para o estabelecimento de “respeito, direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento das potencialidades” das mulheres, conforme as palavras de conclusão de Benedita da Silva (linhas 175 a 177).

Mais do que uma homenagem, o texto é construído como um manifesto a favor da luta pela igualdade de direitos e oportunidades às mulheres e contra qualquer forma de discriminação social. O texto é vigoroso e traduz a postura assumida pela senadora como uma “mulher, negra e oriunda das classes humildes”, bem como seu sentimento de indignação pelas diferenças. Ela busca induzir as mulheres ao engajamento, ao embate pelo respeito e pela igualdade entre homens e mulheres e conquistar a adesão dos homens para este propósito.

2.3 O pronunciamento da senadora Íris de Araújo

Iris de Araújo Rezende Machado nasceu em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Casada com o ex-senador Iriz Rezende, tem história de longa militância no PMDB. Foi coordenadora do Movimento Feminino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em Goiás de 1979 a 1982, coordenadora do Movimento Feminino Pró-Diretas Já (1984-1986) e presidente do Diretório Estadual do PMDB/GO. Assumiu a titularidade como senadora pelo PMDB de Goiás como suplente do Senador Maguito Vilela, que à época do pronunciamento encontrava-se licenciado. Em 1994, foi candidata a vice-presidente da República, na chapa do PMDB, liderada então pelo ex-governador de São Paulo Orestes Quéricia.

A voz que inicia o discurso de Íris de Araújo (Anexo B), aqui analisado, é a da senadora da república que assoma à tribuna para falar ao plenário do Congresso Nacional a respeito do Dia Internacional da Mulher. Começa, portanto, pelos cumprimentos de praxe às autoridades, aos convidados e agradece, aos responsáveis, a realização de sessão solene de homenagem. É uma voz universalista, inclusiva, que traz à reflexão de todos, homens e mulheres, a questão do papel da mulher no mundo atual, a problemática da discriminação, da igualdade e da dignidade do ser humano, em sentido *lato*.

Há a construção de uma unidade, pelo *modus operandi* da ideologia chamado unificação, em torno da mulher que sofre, tendo em vista seu alto grau de sensibilidade. O tema que aparece em todo o discurso é o da mulher como um ser que, mesmo lutando, sofre muito. Trata-se de uma mulher heroína e, como tal,

deificada sob a égide de uma sensibilidade afluída que a faz sofrer “até pelos desconhecidos.” (linha 35).

Questiona-se o processo de identificação que subjaz ao tema recorrente. O discurso traz o estereótipo da mulher sensível, da mulher mãe, da mulher que doa sua vida. Houve uma retomada do caráter “natural” tradicional e historicamente atribuído às mulheres: a responsabilidade pelas relações no âmbito da vida privada. Trata-se de um processo de reificação. Na reificação as circunstâncias de dominação são apresentadas como naturais e permanentes, mesmo que transitórias e históricas. O texto apresenta as mulheres como que presas a uma malha de sofrimentos que as faz “as maiores vítimas de todas as crises econômicas , sociais e políticas.”(linha 87 e 88).

Há a referência histórica ao dia 8 de maio de 1857, data genericamente reconhecida como a origem da instituição do Dia Internacional da Mulher. A versão é reproduzida anualmente, no entanto, como já explicitado, não há qualquer evidência documental que a comprove.

A argumentação é elaborada como uma exaltação à mulher, como uma homenagem aos diversos papéis por ela exercidos na história e no mundo atual, na família e na sociedade. A Senadora lança mão de “formas de articulação textual” (Koch, 2004b, p. 81), das quais destacamos os paralelismos (sintáticos e rítmicos), a repetição de itens lexicais, a seleção verbal e as antíteses ou oposições – recursos retóricos de grande poder de persuasão utilizados para destacar o papel da mulher ora como heroína, guerreira, ora como vítima, mártir, sofredora. Há inúmeros paralelismos sintáticos que tornam a fala menos densa, mais leve e poética, de

cunho retórico e de ritmo sutil.

Visando perpetuar a idéia, defendida desde o princípio do discurso, de que “a mulher é a primeira a sofrer os efeitos negativos” das crises – “econômicas, sociais e políticas” (linhas 87 a 88) –, Íris de Araújo utiliza-se de um interessante paralelismo sintático e rítmico com o verbo “sofrer”, cuja escolha, em si mesma, também não foi feita sem intenção:

A mulher **sofre com o desemprego** do marido, dos filhos e dos entes queridos. **Sofre com o aumento** da criminalidade, que atinge grande número de pessoas e de famílias. **Sofre pelos doentes, pelos desvalidos, pelos excluídos, pelos famintos, pelos conhecidos e até pelos desconhecidos.** (grifos nossos)

Com o efeito de sentido provocado pelo verbo “sofrer” e sua carga semântica, a autora começa a esboçar o papel de mártir, de sofredora da mulher defendido em todo o discurso; entretanto, a mulher é igualmente descrita por ela como lutadora, guerreira, como aquela que não se abate nem se deixa vencer pelas dificuldades. Essa idéia aparece, no entanto, em segundo plano.

Trata-se do que Koch (2004b) chama de paralelismo. A senadora utiliza-se de estruturas sintáticas semelhantes e de itens lexicais deferentes, criando um paralelismo rítmico ou similitudência. É o que ocorre quando a Senadora Íris de Araújo menciona o objetivo do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher:

O 8 de março **relembra as operárias** têxteis de Nova Iorque, mortas num incêndio criminoso provocado pelos próprios patrões; **relembra a trajetória** das mulheres russas, que lutavam por pão, terra e paz, em 1917; **relembra a Marcha Mundial** das mulheres, realizada no ano 2000, que mobilizou representantes de 161 países contra a pobreza e contra a violência. **O 8 de março lembra nós, mulheres brasileiras**, aquelas mulheres sem terra,

sem teto e que precisam urgentemente do Programa Fome Zero. (grifos nossos)

Logo adiante, mais um exemplo de paralelismo sintático e rítmico:

Basta olharmos para nós mesmas, **basta nos debruçarmos** nas imagens tristes das mulheres de Guaribas, do Vale do Jequitinhonha, da periferia das grandes cidades, do semi-árido nordestino, das cidades pobres do interior do meu Estado de Goiás e de todo o Brasil. (grifos nossos)

A seguir, a autora inicia um paralelismo com o verbo “lutar” – cuja escolha, pela carga semântica e pelo contexto, também não foi desmotivada, neutra, tendo em vista a menção anteriormente feita de que, não obstante as “muitas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas para as mulheres” (linha 60), tais conquistas “ainda representam pouco frente ao direito inalienável de igualdade das mulheres como seres humanos, livres, que devem ter a garantia de igual tratamento em relação aos homens.” (linhas 63 a 65). Eis os exemplos:

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, **lutamos por** uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens.

Lutamos pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas, que constituem a maior população do Brasil e do mundo. (grifos nossos)

O discurso segue com o raciocínio de que, apesar da globalização e da realização de conferências a favor das mulheres – como a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995 –, a luta das mulheres persiste. Ressalte-se que, deste momento em diante, é impressionante o uso dos paralelismos que marcam um ritmo, num crescendo, até o encerramento. Vejamos:

Ainda estamos lutando pela aplicação prática dos princípios constitucionais da igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, especialmente no que diz respeito à capacidade civil e política, bem como à manutenção e educação dos filhos.

Ainda estamos lutando para que todos, homens e mulheres, tenham a mesma dignidade social e o mesmo tratamento perante a lei; **para que** ninguém goze de benefícios ou privilégios injustificados; **para que** ninguém seja prejudicado ou tenha algum direito negado em decorrência de sexo, raça, língua, origem, convicção política ou religiosa, nível educacional, situação econômica ou condição social. (grifos nossos)

Repare-se a oposição estabelecida entre os verbos “sofrer” e “lutar”: a mulher sofre, é vítima, discriminada; todavia luta pela igualdade, contra a discriminação, pela dignidade. Trata-se de um reforço à imagem de sofredora *versus* lutadora, guerreira.

Por fim, a Senadora incita os ouvintes/leitores, em especial as mulheres, à ação. É o que demonstram os seguintes excertos:

Não podemos aceitar o tratamento dado à mulher negra, que receba cerca de metade do salário pago às mulheres brancas, em condições semelhantes de trabalho. (...)

Não podemos aceitar essa situação em que um grande número de mulheres ainda morre em decorrência de problemas de gravidez, equiparando o Brasil aos países pobres da América Latina.

Não podemos aceitar a situação de desigualdade, pela qual a maioria das brasileiras, principalmente as mulheres pobres, é obrigada a enfrentar duas ou três jornadas de trabalho e ainda cuidar de filhos, doentes, idosos e parentes abandonados. (grifos nossos)

Chamam a atenção dois itens lexicais: o substantivo “sacrifício”, presente na expressão “o sacrifício das mulheres” (linha 111), e o verbo “suportar” (linha 123). Ambos detêm uma conotação de sofrimento, de extremo esforço para vivenciar, conforme palavras da própria senadora, a dupla ou tripla jornada de trabalho, além do cuidado com “os filhos, doentes, idosos e parentes abandonados” (linha 119 e 120).

Novamente, vem à tona a imagem de mártir, de vítima – e, por que não dizer, uma imagem quase santificada – da mulher capaz de se sacrificar por um bem maior e bravamente suportar a carga, o ônus desse sacrifício; no entanto, “sem desespero, sem desânimo e, principalmente, sem desistência ou medo do fracasso, porque a causa é justa, meritória e digna...” (linhas 106 a 107), numa perspectiva otimista e abnegada. A mulher sofre, suporta o sofrimento, mas sem se entregar, sem desistir: é a dicotomia mulher sofredora *versus* mulher heroína, forte.

Também como forma de articulação textual há uma repetição – certamente intencional – de itens lexicais. Os usos de termos pertencentes a um mesmo campo lexical dão perenidade de sentidos ao texto. Utilizando-se de itens do mesmo campo cognitivo, mantém-se um tema discursivo.

É o caso de “doentes” (linha 34), “desvalidos” (linha 34) e “excluídos” (linha 34); “mulheres de fibra” (linha 42) e “mulheres de coragem” (linha 42); “heroínas” (linha 49), “lutadoras” (linha 49) e “guerreiras” (linha 49); “vida” (linha 50) e “sangue” (linha 50); “ganância” (linha 55) e “cobiça” (linha 55); “fraternidade” (linha 56) e “solidariedade” (linha 56); “irmão” (linha 57) e “outro igual” (linha 57); “pobres e excluídas” (linha 81); “justa” (linha 107), “meritória” (linha 107) e “digna” (linha 107).

A autora utiliza-se, ainda, de uma estratégia em que a ênfase é criada pela repetição de estruturas e conteúdos semânticos.

Quanto às oposições, a autora, em praticamente todo o discurso, estabelece antíteses de grande valor argumentativo, mas fortemente observadas no

último parágrafo, após o poema de Cora Coralina: discriminação, desigualdade X igualdade; sofrer X lutar; heroína, lutadora X vítima; mulheres ativas X mulheres meigas; mulheres valentes X mulheres generosas; mulheres fortes X mulheres frágeis; mães X irmãs; mulheres cândidas X mulheres ousadas; mulheres simples X mulheres obstinadas; mulheres plácidas X mulheres guerreiras; mulheres pacatas X mulheres revolucionárias.

2.4 Os dois discursos: o que os une, o que os separa

Todo discurso tem uma relação dialógica com outros discursos. É a memória, o interdiscurso. Os discursos estão interligados em uma cadeia de significado efêmero. Nesse sentido, é interessante que notemos em que pontos o texto de Benedita da Silva, cujo pronunciamento data de 1998, dialoga com o texto de Íris de Araújo, datado de 2003. Algumas semelhanças saltam aos olhos de qualquer leitor, o que serve também como argumento para dizer que eles não simplesmente retomam um ao outro, mas que retomam outros discursos anteriores. Ou seja: os discursos das senadoras se ligam discursivamente a outros discursos de uma época em que a luta pelos direitos das mulheres não era apenas indispensável, mas precisava de palavras fortes que funcionassem quase que como armas contra os opressores - que se confundiam com os homens -, contra aqueles que eram os que detinham o poder político hegemônico dos aparelhos ideológicos dos Estados. Não que isso tenha acabado totalmente hoje em dia, mas a situação das mulheres é bem diferente daquela de 30 ou 40 anos atrás.

Os dois textos são discursos políticos e foram previamente escritos para serem pronunciados em sessão solene de homenagem ao Dia da Mulher. Partindo

dessa correlação já era de se esperar que possuísem alguns pontos em comum. Ambos trazem como ponto de partida, a ambigüidade do feminino que, recusando a discriminação, reivindica seu direito à diferença. Falam de luta, de conquistas, de direitos, de preconceitos, de globalização, de busca por igualdade, de diferença etc. Segue um pequeno paralelo entre os dois textos:

Felizmente, pudemos verificar, no transcurso do Dia Internacional da Mulher, um forte engajamento **na luta** pela igualdade dos direitos e das oportunidades entre os sexos.(Benedita da Silva, grifos nossos)

O Dia Internacional da Mulher, que, excepcionalmente, comemoramos hoje, é um momento especial para todos refletirmos sobre o papel da mulher na história e no mundo atual, sobre **a luta** por melhores condições de vida e de trabalho (...) (Iris de Araújo, grifos nossos).

Entre suas **conquistas** mais importantes, pode-se citar o direito ao voto. Era pouco para seu potencial, para sua capacidade de trabalho e seu talento.(Benedita da Silva, grifo nosso)

Do 08 de março de 1857 ao 08 de março de 2003, decorreram 146 anos e muitas **conquistas** sociais, econômicas, culturais e políticas para as mulheres. (Iris de Araújo, grifos nossos).

Nas últimas décadas, as mulheres abandonaram sua posição de espectadoras dos acontecimentos para assumir o papel de participantes da história, seja na política, nas artes, na economia, ou no papel anônimo de operárias, **mães**, chefes de família. (Benedita da Silva, grifo nosso)

Ficam registradas as nossas homenagens a todas mulheres ativas, meigas, valentes, generosas, sinceras, amigas, batalhadoras, fortes, frágeis, **mães**, irmãs, abnegadas (...) (Iris de Araújo, grifo nosso).

Em sua estrutura, no entanto, os dois textos são bem diferentes. O discurso de Benedita utiliza-se de recursos argumentativos poderosos. Carregando no léxico, utiliza muitas oposições; adjetivação exacerbada. Usa muitos marcadores espaço-temporais. Sem dúvidas, é um texto com bastante força argumentativa, construído, mais do que como homenagem, como manifesto a favor da luta pela igualdade de direitos e oportunidades às mulheres e contra qualquer forma de discriminação social. É um texto sedutor. Apresenta a postura assumida pela oradora – “mulher, negra e oriunda das classes humildes” –, que traduz o sentimento de indignação pelas diferenças e induz ao engajamento, ao embate por respeito e

igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. É o discurso da mulher heroína, daquela que, sobre todas as coisas, luta por seus ideais por ser uma guerreira. Está bem inserido, por sua força, por sua postura, por seu caráter de incitação, no que se considera o paradigma do discurso da esquerda de há mais de 30 anos. O texto traz a impressão de um olhar distanciado, racional, de análise crítica, mas também forte persuasivo.

O discurso de Íris de Araújo, por sua vez, segue por uma linha de argumentação emocional, leve e poética, em que a feminilidade e a sensibilidade feminina são os motes principais. A mulher do discurso de Íris é aquela que sofre por sua condição, se imola pelos filhos, pelo marido, pela humanidade. É uma mulher mártir que, apesar de lutar, sofre. Um traço marcante é o interdiscurso, o diálogo que promove com a poesia, inserta ao final, de Cora Coralina. Há um paralelismo não só estrutural, entre o texto e a poesia, mas também ideológico e rítmico. Íris parece querer imprimir ao texto inicial, em prosa, um ar poético que entra em harmonia com o texto do poema cuja temática, à sua maneira, é crítica em relação ao que Cora Coralina chama de “Mulher da Vida”. O texto traz a impressão de um olhar mais próximo, mais emocional, menos distanciado em relação ao primeiro.

CONCLUSÃO

Há realmente muitas versões sobre a instituição do Dia Internacional da Mulher. O mais importante, no entanto, é que a data passou, em 1975, a ser reconhecida oficialmente pela ONU e é celebrada em quase todo o mundo. Trata-se de uma oportunidade que deve ser aproveitada para que se reflita a respeito dos desafios que se impõem às mulheres diante da conjuntura atual e futura.

No início, as maiores reivindicações eram melhores condições de trabalho e sufrágio universal. Passado o tempo, as reivindicações são outras, bem como direitos e obrigações. É inegável que houve mudanças, que houve progressos, mas que ainda há muito a ser feito. É inegável, também, que essas mudanças passam pela prática discursiva.

A análise feita no capítulo 2 mostrou que a ideologia subjacente aos discursos das duas senadoras é a defesa da mulher, de sua luta por igualdade de condições e oportunidades na sociedade. Por conta da própria inconsciência do sujeito ao produzir um texto, os discursos possuem em comum o fato de retomarem outros que, dadas às circunstâncias atuais, já deveriam ter ficado no passado. A mulher não precisa mais, hoje em dia, repisar a idéia da diferença em relação aos homens e da necessária igualdade entre os sexos. Assim sendo, os dois discursos contemplam as ocorrências/conquistas sócio-históricas das mulheres em geral, ao passo que repetem discursos feministas de outras épocas, de uma época em que as mulheres tinham vida e *status* diferentes. Isso, de certa maneira, os enfraquece, pois

as mudanças sociais exigem mudanças discursivas para que a sociedade continue avançando. Discursos avançados trazem conquistas no meio social, transformando-o. O ideal, portanto, pode ser um discurso que contemple os avanços das mulheres, considerando suas reais necessidades.

Os discursos das duas senadoras continuam na linha de discursos que, rejeitando qualquer tipo de discriminação, reivindicam o direito da mulher de ser “diferente”. Não se pode negar que esse discurso – o discurso da diferença-igualdade – trouxe muitas contribuições à questão feminina e que, ainda hoje, tem sua função. Um exemplo disso é a adoção da política de quotas para mulheres candidatas.

Como já está bem claro, o objeto deste trabalho são os discursos proferidos por senadoras em sessão solene de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Eles estão desvinculados, portanto, dos que se apresentam no dia-a-dia das duas casas do Congresso Nacional.

Quando, na sessão destinada a homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, uma senadora da república começa um discurso afirmando que fala de um lugar de “mulher, negra e oriunda das classes mais humildes”, embute em sua fala um juízo de valor naturalizado, ligado ao corpo, ao sexo e não dá ao seu discurso um tom muito inovador. Por outro lado, fazer um discurso que pretende refletir “sobre os direitos humanos, sobre todos os tipos de discriminação, sobre a igualdade entre os homens e mulheres e sobre a dignidade de todos os seres humanos.”, mas traçar uma visão de gênero sacrificado, de mulher sofredora, de vítima, de mulher mártir, também não parece ser muito inovador. Sendo a

linguagem uma forma de poder, é preciso que nossas representantes tenham mais consciência do que falam e sobre como encaminham as questões femininas no Congresso Nacional. Que seus discursos não sigam batendo na mesma tecla, que a mulher, no poder, seja vista como um ser humano com personalidade política.

Sendo assim, observa-se que a mulher ainda fala de si, no mundo político, no seu dia, como aquela que melhor pode gerir a sociedade porque, em essência, é mãe. Como tal, cuida de sua família, de seus filhos, cuida dos outros, é tolerante, sensível e sofre pela humanidade. Seu papel político e social, dessa forma, restringe-se, fica relacionado a uma atividade que valoriza a solidariedade e o bem comum. É uma face ainda romântica. Essa versão do feminino também enfatiza as atribuições de papéis sexuais, isolando a participação política da mulher a tais questões, principalmente às relacionadas às novas gerações, o que também é uma responsabilidade masculina.

Há que se incorporar nos discursos ao Dia Internacional da Mulher não só a noção de unidade, de mulher universal, mas de equilíbrio, partindo-se do pressuposto do que já foi conquistado. Por outro lado, também é necessário desfazer-se a idéia de que mulher deve ser “super”, sempre heróica e destemida, que deve cuidar de tudo - e de todos - o tempo todo. O discurso de que a mulher deve cuidar do marido, da casa, dos filhos, fazer ginástica, ficar bonita, estudar, trabalhar fora, ser competentíssima, também é opressor. As palavras das senadoras, no intuito de homenagear a mulher e de reivindicar isonomia em relação aos homens, acabam por reforçar, de algum modo, o que não é conveniente e vai de encontro ao que parece ser a intenção das autoras na produção dos textos.

É preciso incorporar nesse gênero de discurso uma visão diferente daquela pela qual historicamente são reconhecidos os discursos da mulher e sobre a mulher no âmbito da política: uma oposição entre sentimento X pensamento, entre mulher maternal X mulher lutadora. É preciso produzir uma visão simbólica mais avançada da mulher: ela é humana e, portanto, tem as qualidades e os defeitos intrínsecos aos seres humanos. Os discursos sobre o Dia Internacional da Mulher devem promover a saída da vala comum, de uma imagem que é perpetuada discursivamente. O discurso da mulher é importante nas esferas do poder, bem como sua participação, não porque ela é diferente – ou porque é mãe, tolerante, bela etc –, mas porque, de fato, é cidadã e a justa democracia deve prever em seus quadros a paridade entre representantes de todos os segmentos da sociedade, ou seja, entre todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 9. ed. São Paulo: Graal, 2003.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FIORIN, Luiz José (org.) *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Luiz José. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

GIANOTTI, Vito. *O Dia das Mulheres nasceu das mulheres socialistas*. Rio de Janeiro: Edições NPC [Núcleo Piratininga de Comunicação], 2004.

ILARI, Rodolfo; Geraldí, João Wanderley. *Semântica*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KANDEL, Liliane. *O Mito das Origens: sobre o Dia Internacional da Mulher*, mimeo., 1982.

KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e Linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Ingedore G. V. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1996.

RUIZ, João A. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANEXOS

Anexo A: Discurso proferido no dia 10.03.98 pela Senadora Benedita da Silva.

Anexo B: Discurso proferido no dia 15.03.2000 pela Senadora Íris de Araújo.

Anexo A

Discurso proferido no dia 10.03.98, pela Senadora Benedita da Silva.

(50ª Legislatura – 1995 a 2003)

1 **A SRª. BENEDITA DA SILVA** (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte
2 discurso.) - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, como mulher, negra e oriunda
3 das classes mais humildes, tenho um compromisso, que procuro reafirmar
4 cotidianamente no exercício do meu mandato, de luta contra as imposições das
5 classes dominantes, de incessante oposição a toda e qualquer forma de
6 discriminação social.

7 Felizmente, pudemos verificar, no transcurso do Dia Internacional da
8 Mulher, um forte engajamento na luta pela igualdade dos direitos e das
9 oportunidades entre os sexos. Infelizmente, pudemos concluir que, se muito
10 conquistamos até o presente momento, muito mais temos a conquistar até que a
11 igualdade que reivindicamos se torne uma realidade efetiva.

12 No Brasil, e em todo o mundo, houve numerosas manifestações em favor
13 da mulher, alternando homenagens e protestos contra sua discriminação. Aqui, na
14 Capital da República, o Dia Internacional da Mulher foi festejado com uma passeata
15 iniciada no Parque Infantil Ana Lúcia - nome que homenageia a garota brutalmente
16 assassinada 30 anos atrás, num crime ainda impune que comoveu a cidade - e
17 encerrada na Torre de TV.

18 No Estado do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar neste
19 colendo Plenário, houve, entre outras comemorações, uma caminhada de quatro
20 quilômetros pelas praias do Leme e de Copacabana, com as presenças do Ministro

da Saúde, Cesar Albuquerque, e de Rosiska Darcy de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Manifestações dessa natureza deram demonstração inequívoca de que a sociedade brasileira, hoje, está consciente e engajada na luta pelo estabelecimento de um novo modelo de relações sociais, mais democrático e igualitário.

No plano internacional, o destaque foram as manifestações em favor das mulheres afegãs, submetidas a um regime que, por suposta obediência a dogmas religiosos, as oprime de forma contundente. A repressão às mulheres no regime de Cabul é tão forte que os protestos aconteceram em Paris, em Madri, em Roma e em praticamente todas as capitais ou cidades importantes da Europa, fazendo eco no Vaticano, onde o Papa João Paulo II defendeu "as mulheres que têm seus direitos fundamentais negados pelos regimes políticos de seus países".

O Dia Internacional da Mulher foi instituído não apenas para homenagear as mulheres, mas, principalmente, para marcar a luta em favor do reconhecimento dos seus direitos. A humanidade conscientizou-se dessa necessidade sobretudo após a morte de 129 tecelãs americanas, incendiadas criminosamente na fábrica em que trabalhavam por reivindicarem jornada diária de 10 horas de trabalho.

Desde então, a luta daquelas mulheres tomou nova proporção, com o engajamento dos setores mais avançados da sociedade no movimento para eliminar os preconceitos e promover a igualdade entre os sexos. A instituição do Dia Internacional da Mulher viria a universalizar essa luta, que, longe ainda de acabar, tem registrado resultados animadores.

Nas últimas décadas, as mulheres abandonaram sua posição de espectadoras dos acontecimentos para assumir o papel de participantes da história, seja na política, nas artes, na economia, ou no papel anônimo de operárias, mães, chefes de família. A mulher cansou-se das promessas do mundo masculino, de que sua vez estava para chegar. Assim, arregaçou as mangas e foi à luta, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, nas repartições públicas.

Entre suas conquistas mais importantes, pode-se citar o direito ao voto. Era pouco para seu potencial, para sua capacidade de trabalho e seu talento. Assim, aos poucos, foi alçando vôos maiores, até assumir cargos da maior importância, como as chefias de governo. Num relance, poderíamos citar, entre as mulheres que chegaram à instância máxima do poder, Isabel Perón, Indira Gandhi, Golda Meir, Benazir Bhuto, Violeta Chamorro, Margaret Thatcher.

Nos Estados Unidos, a nação mais poderosa do planeta, a política externa está entregue à Secretária de Estado Madeleine Albright. Também naquele país, uma brasileira, Jacqueline Lira, faz parte de um seleto grupo que opera o laboratório de propulsão a jato da NASA. Seria cansativo citar exemplos de mulheres que ocupam funções de importância basilar nos negócios, na política e em todos os segmentos da sociedade.

De qualquer forma, seria desnecessário, porque comprovar a competência e o talento da mulher não nos basta. O que nos interessa, efetivamente, é democratizar essas oportunidades, uma vez que as mulheres, na vida cotidiana, são vítimas de odiosa discriminação que se revela no mercado de trabalho, nas escolas, nos lares.

66 Nesse aspecto, a sociedade brasileira ainda tem que aprimorar-se muito.
67 Há uma nítida apartação da mulher no que tange às oportunidades de trabalho, e,
68 ainda quando empregada, a mulher recebe salários bem inferiores aos dos homens
69 para a execução de tarefas idênticas.

70 Na antevéspera do terceiro milênio, vivemos uma verdadeira revolução
71 financeira e industrial. Suas conseqüências se expressam na linguagem, no mundo
72 do trabalho, mudando radicalmente o modo de viver do povo brasileiro.

73 A palavra "globalização" tem se revelado presença constante no
74 repertório não só dos políticos, empresários e intelectuais, mas também na esfera
75 popular, através da mídia em geral. Sabemos que o processo de globalização está
76 em marcha no Brasil. Neste sentido, há que se pensar e compreender melhor as
77 perspectivas dos próximos anos, bem como suas implicações sociais, tendo em vista
78 a doutrina adotada por nossos governantes trazer risco e implicações diretas nas
79 políticas sociais que refletem as condições de vida das mulheres:

80 - Aumento de mulheres no mercado de trabalho;

81 - Aumento da taxa de desemprego das mulheres;

82 - Aumento da taxa de mulheres como chefes de famílias.

83 Dentro do quadro alarmante da atualidade, se nós mulheres não
84 tomarmos medidas rápidas e drásticas, continuaremos fora dos níveis de decisão
85 sobre a reorganização do mundo em que vivemos, com graves reflexos nas
86 questões de base como o desemprego, baixo nível educacional, caos na saúde e o
87 aumento da violência, bem como tantos outros exemplos.

A globalização é o paradigma da atualidade que vem demarcar pontualmente as diversas estruturas em nosso País e que gera a exclusão social como fenômeno marcante deste fim de século. Seja ela de gênero, de classe social, racial, étnica e religiosa.

O Brasil é reconhecido como País de regime democrático. Para além de outras definições e princípio, democracia significa que todas as pessoas que são afetadas por decisões devem poder participar e intervir nos processos que as definem. Nesse sentido, a democracia de fato é um valor e um ideal dinâmico ainda em construção, por isso um ideal a ser perseguido em nossa realidade.

Em todo o mundo, as constituições democráticas modernas colocam como princípio a igualdade entre homens e mulheres. Isso, porém, não tem tido reflexo direto na participação efetiva das mulheres nas instâncias de poder decisório em nível idêntico ao dos homens. Assim como não se considera democrático um regime que não aceita o sufrágio universal ou a separação dos poderes, não é possível continuarmos a aceitar como normal e pacífico, numa redutora visão dos direitos humanos, como democrático, um país onde há exclusão da metade do povo de suas decisões.

Para que entendamos melhor a precariedade de nossa democracia, é bom atentarmos para as considerações acerca desse déficit democrático acumulado e chamarmos a atenção para o fato de que em grande parte de nossas instâncias de poder político a quota de participação masculina chega a 100%.

No Brasil, com raríssimas exceções, como no caso da Assembléia Legislativa de São Paulo, a quota masculina chega a 89%, ficando 11% para as

111 mulheres. Para além do déficit quantitativo, há o déficit qualitativo, refletido em uma
112 organização social e política tradicional que dispensa a contribuição feminina para a
113 gestão da sociedade. Isso significa uma péssima gestão de recursos e potenciais
114 humanos.

115 Daí apontarmos para a contradição da política liberal, que aponta para o
116 ideal de igualdade, quando o que assistimos é a eliminação das diferenças nas
117 práticas governamentais.

118 Nós, mulheres, somos diferentes dos homens por natureza e história.
119 Nesse sentido, podemos contribuir de modo diferente para o bem comum, com o
120 mesmo direito de acesso aos bens, recursos e gestão da sociedade.

121 Nossa experiência histórica, gestão do cotidiano, experiência
122 diversificada, mobilidade e práticas apontam para o papel social que devemos
123 assumir: o de elementos portadores de uma visão e de uma sensibilidade que
124 poderão melhorar nossa sociedade no que concerne à organização e à definição de
125 propriedade e objetivos.

126 Bom seria se houvesse a preocupação com a inconstitucionalidade
127 dessa disparidade nos centros de poder e ela fosse tratada como jurídica e
128 socialmente injusta e incorreta, exigindo-se mecanismos específicos para superá-la.

129 Há, portanto, de se desenvolver um novo ideário para a democracia,
130 construído a partir da consciência renovada dos direitos das mulheres e do
131 reconhecimento da própria dualidade do gênero humano. Até agora a teoria
132 democrática não tem dado importância à questão de gênero, matriz da alteridade do
133 ser humano.

134 No entanto, essa exclusão sistemática e histórica das mulheres persiste
135 e é tolerada apesar das mudanças que se operaram com a criação e viabilização
136 das quotas.

137 O que queremos é a igualdade entre os sexos nas esferas de decisão
138 como elemento central da democracia. Cabe ainda lembrar a preocupação de não
139 generalizarmos a mera formalidade da "igualdade" e a distorção percebida quando
140 se confunde "igualdade" com a anulação de diferenças.

141 Assim o importante é não anular as diferenças em nome da igualdade,
142 tendo como parâmetro universal um só modelo. Ao contrário, as diferenças tanto
143 sexuais, como de gênero e tantas outras devem ser reconhecidas e integradas, o
144 que significa refazer tudo o que se fez até aqui, recriar um novo paradigma e uma
145 nova concepção de democracia paritária, o que acreditamos trará repercussões
146 positivas em todas as instâncias governamentais, com reflexo na vida cotidiana. Isso
147 quer dizer que devemos afirmar a diferença ao invés de excluí-la.

148 Assim, é preciso, sem mais delongas e etapas, que os movimentos
149 sociais de mulheres, os partidos, as lideranças políticas e cada um de nós
150 reconheça a paridade como valor a perseguir e desenvolver incorporando-a como
151 um dos objetivos de nossa atuação, para mudar a base democrática neste País,
152 através de ações afirmativas destinadas a estabelecer a igualdade de
153 oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações,
154 para atender a necessidade de novos caminhos para a instalação de uma
155 verdadeira democracia no Brasil.

156 Nós, mulheres, representamos, hoje, mais de 50% da população mundial
157 e fazemos a outra metade. Neste sentido cabe alertar para que não haja o
158 cancelamento da possibilidade de haver futuro para a humanidade.

159 Não reivindicamos um tratamento privilegiado. Exigimos apenas
160 igualdade de oportunidades e de direitos e pleno reconhecimento de nossa
161 capacidade, o que há séculos nos vem sendo negado.

162 Em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, no dia 13 do mês passado, a
163 Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, Anna
164 Maria Rattes, salientou:

165 De todas as bandeiras que a mulher carregou neste final de século, a
166 busca da identidade permanece como uma das mais importantes. Para se ter uma
167 idéia, dentro do pressuposto da sociedade antiga, a mulher feliz era a que fazia
168 felizes seu marido e seus filhos, esquecendo-se de si mesma. O feminismo foi capaz
169 de perceber quão pouco idealizado era o conceito de felicidade e quão pouco, na
170 maioria das vezes, a mulher que tinha alcançado o ideal de *casar e ter filhos* podia-
171 se dizer totalmente realizada.

172 O homem brasileiro, talvez um tanto assustado com a postura assumida
173 pelas mulheres nestas últimas décadas, procurou distorcer o ideal e as feministas. O
174 movimento foi enormemente prejudicado, dada a falsa noção de que as mulheres
175 pretendiam *ser iguais aos homens*. Na verdade, nós pleiteamos apenas respeito,
176 direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento de nossas
177 potencialidades.

178 No transcurso do Dia Internacional da Mulher, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é
179 importante que a sociedade brasileira se conscientize de que as mulheres não se
180 querem defrontar com os homens e nem com eles competir. Querem, pelo contrário,
181 participar de forma ativa, juntamente com eles, da reformulação do modelo de
182 relações sociais, não com interesses corporativos, mas com a convicção de que
183 esse pacto resultará em benefícios gerais para toda a sociedade.

184 Muito Obrigada

ANEXO B**Discurso proferido no dia 15.03.2000****51ª Legislatura – 1999 a 2003**

1 **A SRª PRESIDENTE** (Serys Shessarenko) – Concedo a palavra a Srª
2 Senadora Íris de Araújo.

3 Enquanto a Srª Senadora se dirige à tribuna, gostaríamos de registrar as
4 presenças do Sr. Presidente da Câmara, do nosso Deputado João Paulo e a do
5 Deputado Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso.

6 Concedo a palavra à Senadora Íris de Araújo.

7 **A SRª IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.
8 Sem revisão da oradora.) – A minha saudação à Ministra Emilia Fernandes, à
9 Ministra Ellen Gracie, à Ministra Benedita da Silva e à nossa colega Serys
10 Shessarenko, que, neste momento, preside a Mesa com bastante competência.

11 Eu gostaria de dizer que houve uma deferência por parte do Presidente
12 José Sarney, que acolheu imediatamente o nosso requerimento para que esta
13 sessão se realizasse, para que comemorássemos este dia tão importante para nós.
14 Essa Senadora praticamente assumiu para si a tarefa da viabilização desta
15 homenagem. Temos que parabenizá-la e agradecer-lhe por isso.

16 Cumprimento o Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, que há
17 pouco estava aqui; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo,
18 o Deputado Inocêncio de Oliveira; a Governadora em exercício, Maria Abadia; a Srª

19 Presidente, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, as Sr^{as} e os Srs. Deputados, as Sr^{as} e os
20 Srs. Convidados.

21 O Dia Internacional da Mulher, que, excepcionalmente, comemoramos
22 hoje, é um momento especial para todos refletirmos sobre o papel da mulher na
23 história e no mundo atual, sobre a luta por melhores condições de vida e de
24 trabalho, sobre a sua participação na vida política, na administração pública e nas
25 empresas particulares. É o momento de refletirmos sobre os direitos humanos, sobre
26 todos os tipos de discriminação, sobre a igualdade entre os homens e mulheres e
27 sobre a dignidade de todos os seres humanos.

28 Vivemos num mundo cheio de incertezas, com graves riscos de eclosão de mais
29 uma guerra de conseqüências imprevisíveis, de crises econômicas, sociais e
30 políticas, em que a violência física é uma constante, e a mulher é a primeira a sofrer
31 os efeitos negativos de todas essas situações.

32 A mulher sofre com o desemprego do marido, dos filhos e dos entes
33 queridos. Sofre com o aumento da criminalidade, que atinge grande número de
34 pessoas e de famílias. Sofre pelos doentes, pelos desvalidos, pelos excluídos, pelos
35 famintos, pelos conhecidos e até pelos desconhecidos. A sensibilidade feminina é
36 capaz de ver no próximo, antes de tudo, um irmão.

37 Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, demais
38 presentes, convidados, a luta das mulheres por melhores condições de vida não tem
39 sido apenas aquela luta diária de tantas mulheres humildes que doam suas vidas em
40 benefício de suas famílias, do marido e dos seus filhos.

41 O Dia Internacional da Mulher surgiu em memória ao sangue derramado
42 por mulheres de fibra, mulheres de coragem.

O 08 de março relembra as operárias têxteis de Nova Iorque, mortas num incêndio criminoso provocado pelos próprios patrões; relembra a trajetória das mulheres russas, que lutavam por pão, terra e paz, em 1917; relembra a Marcha Mundial das mulheres, realizada no ano 2000, que mobilizou representantes de 161 países contra a pobreza e contra a violência. O 08 de março lembra nós, mulheres brasileiras, aquelas mulheres sem terra, sem teto e que precisam urgentemente do Programa Fome Zero. Todas heroínas, lutadoras, mulheres guerreiras, que não se acomodam. Mulheres que têm a capacidade e a coragem de dar a vida e o sangue para salvar outras vidas e para melhorar a vida de gerações futuras.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o dia 08 de março de 1857, essa data se firma pelo seu conteúdo, importância e simbolismo. Esse episódio histórico representa, igualmente, uma das mais abomináveis demonstrações do capitalismo selvagem, desumano e impiedoso, em que a ganância e a cobiça pelo dinheiro destroem qualquer noção de fraternidade, de solidariedade, de ver o próximo como irmão, como outro igual, sem distinção de pessoa, sem discriminação de qualquer natureza.

Do 08 de março de 1857 ao 08 de março de 2003, decorreram 146 anos e muitas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas para as mulheres. Aparentemente, foram muitas as conquistas das mulheres ao longo da história, desde o direito de votar e ser votada até o direito de ingressar nas Forças Armadas. No entanto, essas conquistas ainda representam pouco frente ao direito inalienável de igualdade das mulheres como seres humanos, livres, que devem ter a garantia de igual tratamento em relação aos homens.

Não precisamos, Sr^{as}. Ministras, Sr^{as}. Senadoras, Sr^{as}. Deputadas, Sr^{as}. convidadas, ir à África, pobre e maltratada, nem analisar a situação deplorável da

mulher afegã, proibida de se alfabetizar e obrigada a usar vestimentas que mais lembram uma prisão móvel. Basta olharmos para nós mesmas, basta nos debruçarmos nas imagens tristes das mulheres de Guaribas, do Vale do Jequitinhonha, da periferia das grandes cidades, do semi-árido nordestino, das cidades pobres do interior do meu Estado de Goiás e de todo o Brasil.

Aqui mesmo, nas proximidades da Praça dos Três Poderes, da Esplanada dos Ministérios, do Palácio da Alvorada, podemos ver pobres mulheres famintas, catadoras de lixo, com muitos filhos para criar e tão pobres quanto suas irmãs africanas, implorando por dias melhores.

Sr^a. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, lutamos por uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens.

Lutamos pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas, que constituem a maior população do Brasil e do mundo.

A chamada globalização econômica nada, ou quase nada, trouxe de positivo para a maioria das mulheres dos países pobres, a não ser muito desemprego e umas poucas migalhas do festim e dos banquetes dos países ricos, os poucos beneficiários dessa ordem mundial desigual e injusta.

As mulheres geralmente são as maiores vítimas de todas as crises econômicas, sociais e políticas, pois são obrigadas a cuidar de suas famílias quando existem perdas de renda, de emprego e queda nas condições de vida.

A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995, mostrou ao mundo inteiro a situação

de desigualdade em que vivem as mulheres em quase todos os continentes, em que representam a maioria da população analfabeta, e cujos salários são, em média, 40% inferiores aos dos homens em postos de trabalho iguais ou equivalentes.

Ainda estamos lutando pela aplicação prática dos princípios constitucionais da igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, especialmente no que diz respeito à capacidade civil e política, bem como à manutenção e educação dos filhos.

Ainda estamos lutando para que todos, homens e mulheres, tenham a mesma dignidade social e o mesmo tratamento perante a lei; para que ninguém goze de benefícios ou privilégios injustificados; para que ninguém seja prejudicado ou tenha algum direito negado em decorrência de sexo, raça, língua, origem, convicção política ou religiosa, nível educacional, situação econômica ou condição social.

É uma luta longa, contínua, que recomeça a cada dia, e todos os dias. Sem desespero, sem desânimo e, principalmente, sem desistência ou medo do fracasso, porque a causa é justa, meritória e digna de toda a nossa dedicação.

Não podemos aceitar o tratamento dado à mulher negra, que recebe cerca de metade do salário pago às mulheres brancas, em condições semelhantes de trabalho.

O sacrifício das mulheres ainda é maior porque cerca de 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que ganham pouco mais do que o salário mínimo e recebem cerca de 40% a menos que os salários dos homens.

114 Não podemos aceitar essa situação em que um grande número de
115 mulheres ainda morre em decorrência de problemas de gravidez, equiparando o
116 Brasil aos países pobres da América Latia.

117 Não podemos aceitar a situação de desigualdade, pela qual a maioria das
118 brasileiras, principalmente as mulheres pobres, é obrigada a enfrentar duas ou três
119 jornadas de trabalho e ainda cuidar de filhos, doentes, idosos e parentes
120 abandonados.

121 As crises brasileiras, todas as crises dos serviços públicos de saúde,
122 educação, transportes, abastecimento de água e esgotos prejudicam primeiramente
123 as mulheres, que suportam a maior parte ou a totalidade do ônus e das
124 conseqüências negativas da oferta insuficiente e da falta de qualidade desses
125 serviços públicos.

126 **A SRª PRESIDENTE** (Serys Shessarenko) – Srª Senadora, mais dois
127 minutos, por favor, porque há um clamor geral pelo tempo e ainda temos vinte
128 inscritos.

129 **A SRª ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Antes de terminar e para
130 amenizar a dureza dos dados do meu discurso, gostaria de lembrar Cora Coralina,
131 uma mulher maravilhosa, uma goiana, uma poetisa que, em contribuição ao Ano
132 Internacional da Mulher de 1975, fez este poema:

133 Mulher da Vida,

134 Minha irmã.

135 De todos os tempos.

136 De todos os povos.

137 De todas as latitudes.
138 Ela vem do fundo imemorial das idades
139 e carrega a carga pesada dos mais torpes sinônimos,
140 apelidos e apodos:
141 Mulher da zona,
142 Mulher da rua,
143 Mulher perdida,
144 Mulher à-toa.
145 Mulher da Vida,
146 Minha irmã.
147 Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
148 Desprotegidas e exploradas.
149 Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.
150 Necessárias fisiologicamente.
151 Indestrutíveis.
152 Sobreviventes.
153 Possuídas e infamadas sempre
154 por aqueles que um dia as lançaram na vida.
155 Marcadas. Contaminadas.
156 Escorchadas. Discriminadas.
157 Nenhum direito lhes assiste.

158 Nenhum estatuto ou norma as protege.
159 Sobrevivem com a erva cativa dos caminhos,
160 pisadas, maltratadas, renascidas.
161 Flor sombria, sementeira espinhal
162 gerada nos viveiros da miséria,
163 da pobreza e do abandono,
164 enraizada em todos os quadrantes
165 da terra.
166 Um dia, numa cidade longínqua,essa mulher corria perseguida pelos homens
167 que a tinham maculado. Aflita, ouvindo
168 o tropel dos perseguidores e o sibilo
169 das pedras,
170 ela encontrou-se com a Justiça.
171 A Justiça estendeu sua destra poderosa e lançou o repto milenar:
172 “Aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”.
173 As pedras caíram e os cobradores deram as costas.
174 O Justo falou então a palavra de eqüidade:
175 “Ninguém te condenou, mulher... nem eu te condeno.”
176 A Justiça pesou a falta pelo peso do sacrifício e este excedeu àquela.
177 Vilipendiada, esmagada.

178 Possuída e enxovalhada, ela é a muralha que há milênios detém as
179 urgências brutais do homem para que na sociedade possam coexistir a inocência, a
180 castidade e a virtude. Na fragilidade de sua carne maculada esbarra a exigência
181 impiedosa do macho.

182 Sem cobertura de leis e sem proteção legal, ela atravessa a vida ultrajada
183 e imprescindível, pisoteada, explorada, nem a sociedade a dispensa
184 nem lhe reconhece os direitosnem lhe dá proteção.E quem já alcançou o ideal dessa
185 mulher,Que um homem a tome pela mão,a levante, e diga:

186 minha companheira.

187 Mulher da Vida,

188 Minha irmã.

189 No fim dos tempos.

190 No dia da Grande Justiça

191 do Grande Juiz.

192 Serás remida e lavada de toda condenação.

193 E o juiz da Grande Justiça a vestirá de branco em novo batismo de purificação.

194 Limpará as máculas de sua vida humilhada e sacrificada para que a
195 Família Humana possa subsistir sempre, estrutura sólida e indestrutível da
196 sociedade, de todos os povos,de todos os tempos.

197 Mulher da Vida,

198 Minha irmã.

199 Mulher da vida, todas as mulheres somos irmãs.

200 Ficam registradas as nossas homenagens a todas mulheres altivas,
201 meigas, valentes, generosas, sinceras, amigas, batalhadoras, fortes, frágeis, mães,
202 irmãs, abnegadas, cândidas, ousadas, simples, obstinadas, plácidas, guerreiras,
203 pacatas, revolucionárias, donas de casa, acolhedoras, sempre alegres, sempre
204 presentes a celebrar o bem, cumprindo o propósito sagrado de dar frutos, mulher-
205 semente, fonte do nascimento a quem Deus destinou a missão sagrada de gerar o
206 bem mais precioso: a nossa vida!

207 Muito obrigada. (Palmas.)